

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE**

**Francisca Aparecida Firmino da Silva**

**AS PERCEPÇÕES DE GÊNERO DAS MULHERES CAMPONESAS  
AFRODESCENDENTES NO MUNICÍPIO DE PICUÍ-PB.**

**Campina Grande-PB  
2005**

**Francisca Aparecida Firmino da Silva**

**AS PERCEPÇÕES DE GÊNERO DAS MULHERES CAMPONESAS  
AFRODESCENDENTES NO MUNICÍPIO DE PICUÍ-PB.**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, em cumprimento dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Sociedade, área de Concentração, Educação, Linguagem e Cultura, linha de pesquisa Estudos Culturais elaborada após integralização curricular do Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade.

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Idalina Maria Freitas  
Lima Santiago**

**Campina Grande-PB  
2005**

FICHA CATALOGRAFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL-UEPB

S586p Silva, Francisca Aparecida Firmino da  
As percepções de gênero das mulheres camponesas  
afrodescendentes do Município de Picuí - PB/ Francisca  
Aparecida Firmino da Silva.- Campina Grande: UEPB, 2005  
94f.: il. col.

Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciência da  
Sociedade) Universidade Estadual da Paraíba.

1. Grupos Sociais - Mulheres I. Título.

22 ed. CDD 305.4

**Francisca Aparecida Firmino da Silva**

**AS PERCEPÇÕES DE GÊNERO DAS MULHERES CAMPONESAS  
AFRODESCENDENTES NO MUNICÍPIO DE PICUÍ-PB.**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, em cumprimento dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Sociedade, área de Concentração, Educação, Linguagem e Cultura, linha de pesquisa Estudos Culturais, elaborado após integralização curricular do Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade.

Aprovada em-----de-----de-----

**Comissão Examinadora**

---

Profa. Dr<sup>a</sup>. Idalina Maria Freitas Lima Santiago - UEPB  
Orientadora

---

Prof. Dr. Josemir Camilo de Melo -UEPB  
Examinador

---

Prof. Dr. José Charliton dos Santos Machado –UEPB  
Examinador

---

Prof. Dr. Antonio de Pádua Dias da Silva - UEPB  
Suplente

Dedico esse trabalho às mulheres afrodescendentes que não tiveram a oportunidade de fazer parte do universo da escrita e da leitura; e (in memoriam) à minha vovó, Maria Cipriana dos Santos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço às pessoas do meu círculo de amigos, que me apoiaram nos momentos mais difíceis da minha caminhada acadêmica, uns com o apoio moral e outros com a parte prática para a obtenção dos dados necessários para escrever a dissertação. O apoio que recebi da **minha família**; ao meu companheiro **Jomário Sampaio** por não medir esforço e está sempre do meu lado, viabilizando o material que se fazia necessário para obter êxito no meu trabalho. Ao amigo **Olivânio Dantas**, grande companheiro, principalmente no momento do trabalho de campo. Aos presidentes das associações comunitárias: **Cícero Pereira e José Fausto**; a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Picuí, **Maria Lurdes Amaral** e as **Mulheres camponesas afrodescendentes**, minha eterna gratidão. **Aos colegas de Mestrado**, à coordenadora **professora Maria de Lurdes Barreto**. Aos funcionários da secretaria e aos professores: a toda equipe que compõe o quadro do Mestrado Ciência da Sociedade. À minha orientadora, professora **Idalina Santiago**, pelo seu profissionalismo e dedicação durante esse tempo que caminhamos juntas. Enfim, esse trabalho possui um pouco do incentivo e apoio de muitas pessoas com as quais me relaciono; a todas, sou grata.

Em especial, agradeço a uma força transcendental, que me manteve firme em alguns momentos de obstáculos, que renovou as minhas energias e me impulsionou a percorrer o caminho rumo à conclusão do Mestrado.

## RESUMO

Este estudo consiste em analisar as percepções das camponesas afrodescendentes acerca das relações de gênero. Buscamos compreender em que medida as mulheres afrodescendentes camponesas, que possuem alguma forma de inserção política em organizações sociais, reelaboram ou não as relações de gênero no âmbito da agricultura familiar e no espaço doméstico. Procuramos analisar os entendimentos das camponesas afrodescendentes sobre o que seja homem e mulher; conhecer, a partir da ótica dessas mulheres, como são estabelecidas as divisões sexuais do trabalho nos âmbitos da agricultura familiar e doméstico; e quais as perspectivas que elas apontam para construção do equilíbrio entre os sexos. O estudo contemplou quinze mulheres residentes nas comunidades de Atanásio, Coruja e Pedreiras, inseridas no perímetro rural do município de Picuí-PB, participantes das Associações Comunitárias e Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Os instrumentos que utilizamos para a coleta de dados foram: técnica de observação livre, entrevista semi-estruturada gravadas em fitas cassetes, utilização do diário de campo, além do recurso etnográfico que nos serviu de base para a caracterização das comunidades selecionadas e do estilo de vida desenvolvido pelas mulheres sujeito da pesquisa. Os resultados revelaram que a maioria das mulheres ainda possuem um entendimento bastante conservador e patriarcal das relações de gênero, atribuindo ao homem o papel de provedor, além do controle do espaço da casa e da agricultura familiar. Com relação ao entendimento do ser mulher, as entrevistadas majoritariamente se colocam em posição de conformidade convivendo com o sofrimento de forma resignada. Os sofrimentos das mulheres são referentes à falta de dinheiro, dependência financeira dos companheiros, falta de água, preocupação com os filhos e marido, sobrecarga de tarefas, além da situação de pobreza em que vivem. Algumas mulheres gradativamente têm despertado na perspectiva de ressignificar as relações de gênero quando questionam a não colaboração do marido nas atividades domésticas, a não valorização do trabalho feminino, a ausência de liberdade, o anseio por trabalho remunerado para se tornarem independente economicamente de seus maridos. Essas poucas mulheres sinalizam para a reelaboração de gênero no espaço da agricultura familiar e no espaço da casa mesmo que ainda seja de uma maneira bastante incipiente. O nosso estudo nos apontou que as relações de gênero no âmbito da agricultura familiar e no espaço doméstico ainda seguem o modelo patriarcal e poucas mulheres conseguem de maneira lenta vislumbrar uma nova elaboração para a construção do gênero, tendo como princípio a igualdade entre os sexos.

Palavras-Chaves: Gênero, Afrodescendência, Agricultura Familiar

## ABSTRACT

His study consists of analyzing the descending farmers' of the black race perceptions about the gender relationships. We looked for to understand in that measured those women, that possess some form of political insert in social organizations, they give a new elaboration or not the gender relationships in the ambit of the family and domestic agriculture. We tried to analyze the descending farmers' of the black race understandings on what he/she is man and woman, to know, starting from those women's optics, as they are established the sexual divisions of the work in the ambits of the family and domestic agriculture; and which the perspectives that they appear for the construction of the balance among the sexes. The study contemplated fifteen resident women in the communities of *Atanásio*, *Coruja* and *Pedreiras*, inserted in the rural perimeter of the municipal district of Picuí – PB (Brazil), participants of the Community Associations and Unions of the Rural Workers. The instruments that we used for the collection in data way: technique of free observation, semi-structured interviews recorded in ribbons cassettes, use of the field diary, besides the resource of the ethnography that served us of base for the selected communities' characterization and of the lifestyle developed by the women subject of the research. The results revealed that most of the women still possesses a conservative and patriarchal plenty understanding of the gender relationships, attributing to the man provider's paper, besides the control of the space of the house and of the family agriculture. With relationship to the understanding of being woman, the interviewees for the most part are placed in conformity position, living together with the suffering in a resigned way. The women's sufferings are referring to the lack of money, the companions' financial dependence, lack of water, concern with the children and with the husband, overload of tasks, besides the poverty situation in that live. Some women little by little have been waking up in the perspective of to give new meaning the gender relationships when they question the non collaboration of the husband in the domestic activities, the non valorization of the feminine work, the absence of freedom, the longing for paid work for if they turn independent economically of your husbands. Those few women signal for a new gender elaboration in the space of the family agriculture and in the space of the house, even if is still in a quite incipient way. Our study appeared that the gender relationships in the ambit of the family agriculture and in the domestic space it still follows the patriarchal model and few women get in a slow way to shimmer a new elaboration for the construction of the gender, tends as beginning the equality among the sexes.

Word-keys: Gender, descent of blacks, family Agriculture



## LISTA DE TABELAS

Tabela - 01.....	14
Tabela - 02.....	39
Tabela - 03.....	52
Tabela - 04.....	54

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico -01.....	60
Gráfico -02.....	61
Gráfico -03.....	62
Gráfico -04.....	62
Gráfico -05.....	63
Gráfico -06.....	64
Gráfico -07.....	64
Gráfico -08.....	65

# SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I – FEMINISMO E GÊNERO.....</b>	<b>18</b>
<b>1.1- Aspectos Históricos do Movimento Feminista.....</b>	<b>18</b>
<b>1.2- Abordagens de Gênero.....</b>	<b>22</b>
<b>CAPÍTULO II- AFRODESCENDÊNCIA DAS CAMPONESAS.....</b>	<b>29</b>
<b>2.1- Usos e Equívocos do conceito de raça.....</b>	<b>29</b>
<b>2.2- Identificação das Mulheres Camponesas.....</b>	<b>35</b>
<b>CAPÍTULO III – Agricultura Familiar.....</b>	<b>44</b>
<b>3.1- Reflexões Conceituais.....</b>	<b>44</b>
<b>3.2- Agricultura Familiar no Município de Picuí.....</b>	<b>51</b>
<b>CAPÍTULO IV- CONTEXTUAR PARA INFORMAR .....</b>	<b>55</b>
<b>4.1- Contextuação das Comunidades de Atanásio, Coruja e Pedreiras.....</b>	<b>55</b>
<b>4.2- Perfil das Agricultoras Afrodescendentes.....</b>	<b>59</b>
<b>CAPÍTULO V- GÊNERO NA PERSPECTIVA DAS CAMPONESAS AFRODESCENDENTES.....</b>	<b>66</b>
<b>5.1- Concepções: Ser mulher/ Ser homem.....</b>	<b>66</b>
<b>5.2 – Divisão do Trabalho: A Casa e a Roça.....</b>	<b>76</b>
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>84</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>89</b>



## INTRODUÇÃO

O trabalho que segue apresentará um estudo envolvendo aspectos de gênero relativos às mulheres camponesas afrodescendentes participantes de organizações sociais relacionadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Associações Comunitárias Rurais. Essas organizações sociais têm suas áreas de abrangência no Curimataú Paraibano, região que envolve o município de Picuí-PB, situado a 229km<sup>2</sup> da capital João Pessoa.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais possui sua sede na área urbana, abrangendo todas as comunidades rurais que envolvem o citado município, num total de sessenta comunidades. Possui como função orientar seus beneficiários para melhor reivindicar junto aos órgãos públicos os seus direitos sociais, dentre eles, o benefício da aposentadoria, auxílio doença, salário maternidade, etc.

As Associações Comunitárias Rurais no referido município são em torno de vinte e cinco. Suas áreas de atuação se dão em nível local, valendo ressaltar a não existência de associações em todas as comunidades. A função da Associação é reivindicar dos gestores públicos algumas ações como: eletrificação rural, melhoramento dos recursos hídricos, construção de reservatório de água, semente para o plantio, máquina para arar a terra, dentre outras.

A escolha das comunidades de Atanásio, Coruja e Pedreiras para compor o campo deste estudo, se deu em decorrência de sua proximidade com a cidade de Picuí (18km de distância), viabilizando assim o acesso, já que as demais comunidades são mais distantes, o que implicaria maior dificuldade de deslocamento para realização dos estudos. Outro fator importante na seleção destas três

comunidades foi o fato das famílias que a compõem morarem em pequenos sítios e praticarem a agricultura familiar.

A proposição desta investigação está sintonizada com as questões decorrentes em nossa sociedade, á medida que verificou como as camponesas afrodescendentes têm vivenciado as desigualdades de gênero, apontando o entendimento que elas possuem acerca da sua situação de mulher. Buscamos verificar em que medida as mulheres afrodescendentes camponesas, que possuem alguma forma de inserção política em organizações sociais, re-elaboram ou não as relações de gênero no âmbito da agricultura familiar e no espaço doméstico.

Essa re-elaboração está assentada na crítica ao modelo patriarcal, ainda presente na nossa sociedade, a qual pressupõe desconstruir velhas maneiras de se relacionar, sobretudo mudar a prática da supremacia masculina que quase sempre coloca a mulher em situação de submissão. A nova proposição de relação de gênero, com base na equidade entre os sexos, é apontada pelo movimento feminista que tem lutado pela igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Procuramos analisar os entendimentos das camponesas afrodescendentes sobre o que o seja homem e mulher; conhecer, a partir da ótica dessas mulheres, como são estabelecidas as divisões sexuais do trabalho nos âmbitos da agricultura familiar e doméstico; e quais as perspectivas que elas apontam para construção do equilíbrio entre os gêneros.

Partimos do pressuposto que a condição de as mulheres estarem participando do Sindicato Rural ou das Associações Comunitárias, seja enquanto associadas ou membros da diretoria, permitiria-lhes maior senso crítico para ressignificar as relações de gênero.

O nosso interesse em aprofundar a temática gênero na referida área rural está relacionada à nossa vivência, neste meio camponês, por mais de vinte e dois anos, onde desenvolvemos, a partir de 1994, trabalhos comunitários com as famílias rurais relacionados ao processo organizativo, como também à educação sanitária e ao uso racional da água, envolvendo a construção de cisternas de placas, barreiros trincheiras e poços artesianos. Tal trabalho foi realizado através do Centro de Educação e Organização Popular- Picuí-PB, em parceria com o Programa de Tecnologia Apropriada às Comunidades –Puxinanã-PB.

A partir dessa vivência, na área rural, e da nossa participação no Grupo Flor e Flor Estudos de Gênero do Departamento de Serviço Social da UEPB, desde março de 1998, sentimos a necessidade de sistematizar o estudo sobre gênero no espaço rural.

O conhecimento da área estudada e das atoras sociais se deu através da aproximação já existente entre nós com os presidentes das Associações e do Sindicato, os quais facilitaram, de certa forma, o acesso às fichas das mulheres filiadas às referidas organizações. O processo para identificação das mulheres se deu num primeiro momento com uma investigação nos arquivos das Associações e Sindicato, onde constava a ficha com os dados pessoais, incluindo a identificação pela cor da pele, além do registro fotográfico das filiadas. Nesse primeiro momento, foi possível quantificarmos as mulheres brancas e afrodescendentes existentes nas Associações e Sindicato. Em um segundo momento, participamos de reuniões nas referidas organizações, onde podemos constatar o número de mulheres que tínhamos encontrado nos arquivos acima citados, convocando as mulheres para participarem da pesquisa. Num terceiro momento, solicitamos às mulheres residentes nas comunidades selecionadas que se identificassem quanto à cor da

pele, compondo assim o universo da pesquisa aquelas camponesas que se auto definiram como negras, morenas e pardas.

Encontramos, ao todo, cinqüenta e oito mulheres pertencentes ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Associações de Pedreiras e Atanásio. As mulheres residentes na comunidade da Coruja se aglutinam na Associação de Atanásio por não existir associação comunitária na referida localidade.

Nestas três organizações sociais encontramos quarenta e uma mulheres brancas e dezessete afrodescendentes, tendo estas últimas composto o universo da nossa pesquisa, com exceção de duas que não participaram do estudo, pelo fato de no período das entrevistas terem passado a residir em outras localidades não inseridas no campo da investigação.

Conforme o quadro abaixo, podemos visualizar as organizações e localidades onde se encontram as mulheres camponesas e suas identificações pela cor da pele. As mulheres afrodescendentes, atoras sociais que compuseram o nosso estudo, auto identificam –se como morenas, negras e pardas.

**Quadro referente à identificação das Mulheres vinculadas ao Sindicato Rural e as Associações Comunitárias.**

		Cor				F(n <sup>o</sup> )	F(%)
		Branca	Negra	Morena	Parda		
Sindicato	Coruja	6	1	2	1	10	17,24%
	Atanásio	1	-	1	-	2	3,45%
	Pedreiras	20	-	2	-	22	37,93%
Associação	Coruja	-	-	-	-	-	-
	Atanásio	8	-	1	-	9	15,52%
	Pedreiras	6	1	7	1	15	25,86%
Total		<b>41</b>	<b>2</b>	<b>13</b>	<b>2</b>	<b>58</b>	<b>100%</b>

Fonte: Entrevista com as mulheres em 09/01/ 2004.



O nosso estudo procurou priorizar as concepções que as camponesas afrodescendentes possuem a respeito das relações de gênero construídas no âmbito da agricultura familiar e no âmbito doméstico. Para tanto, desenvolvemos uma investigação de caráter descritivo-explicativo, tendo como base os enfoques qualitativo e quantitativo. A utilização do recurso etnográfico nos serviu de base para a caracterização das comunidades selecionadas e do estilo de vida desenvolvido pelas mulheres, sujeitos da pesquisa.

Para a coleta de dados, foram utilizadas as técnicas de observação livre, realizadas nas reuniões das associações e no sindicato rural, bem como nas visitas às comunidades. Com as atoras sociais, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, gravadas em fitas cassete e transcritas; utilizamos também o diário de campo no qual registramos as observações realizadas no decorrer da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas em dois períodos: o primeiro em janeiro e fevereiro de 2004, quando abordamos o conjunto das mulheres envolvidas na pesquisa. Após as transcrições das fitas, sentimos a necessidade de voltar ao campo para nova coleta de dados, com o objetivo de complementar as informações, tendo o segundo período ocorrido em abril do mesmo ano.

Para obtermos maiores informações a respeito de nossa temática, visitamos algumas instituições, como a Emater -Picuí; a Biblioteca da Universidade Federal da Paraíba- João Pessoa; o Disque racismo em João Pessoa; e o Grupo de Mulheres Bamidelê- João Pessoa.

Após a coleta dos dados, efetivamos a análise dos mesmos, apoiada no método de análise de discurso, através do estabelecimento das categorias analíticas, retiradas a partir das respostas das entrevistas, as quais passaram pelo

processo de tabulação, agrupamento dos casos inclusos nas diversas categorias, e em seguida, elaboramos as interpretações cabíveis.

O trabalho está constituído de cinco capítulos. No primeiro discorremos sobre o feminismo, tendo como referência o trabalho de Castells (1999) fazendo uma retrospectiva do feminismo nos Estados Unidos e Europa e enfatizando também as correntes do pensamento feminista. Através do estudo de Bandeira (2000), Sarti (2001) e Manini (1995), apresentamos o feminismo brasileiro e suas conquistas, salientando a década de 1980 como o momento de transição para se pensar as relações de gênero no Brasil. No segundo item deste capítulo, trabalhamos o conceito de gênero, ancorado nas seguintes autoras: Yannoulas(2002), Scolt(1992), Barbieri(1993), Flax(1992), Louro (1997), Machado(1998), Costa(1994), Strathern (1997), Haraway(2000).

O segundo capítulo faz uma abordagem acerca da utilização do conceito de raça, contextualizando os marcos iniciais do seu surgimento, tecendo críticas ao aspecto discriminatório que este conceito reforçou. Tomamos como autores, para essa reflexão, Borges (2002), Chiavenato (1999), Seyferth (2002), Munanga (2001), dentre outros. No segundo item deste capítulo, apresentamos o conceito de identidade referendado por Siqueira (2001), Castells (1999) e Hall (1999), a partir dos quais nos remetemos para analisar a identificação das camponesas afrodescendentes.

O terceiro capítulo abordará dois enfoques relacionados à agricultura familiar: o primeiro apresenta uma reflexão conceitual acerca da agricultura familiar fundamentada nos textos do Pronaf (2002), Cunha (1998), Mendras (1978), Jollivet (1982), Incra/Fao (2000). No segundo, enfatizamos sobre a agricultura familiar no município de Picuí, através do estudo de Santos (2000), Articulação do Semi-Árido

(2003), Banco do Nordeste (2002), Bettencout (2002) e o Jornal dos Trabalhadores Sem Terra (2003).

No quarto capítulo apresentamos a contextualização das comunidades Pedreiras, Coruja e Atanásio, enfocando a estrutura organizativa das organizações sociais que as compõem, no caso o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Associações comunitárias, enfatizando a participação das mulheres afrodescendentes nas referidas entidades. No segundo item, traçamos o perfil das mulheres afrodescendentes camponesas com base nos dados adquiridos durante a investigação. Esse item consta de dados relativos ao estado civil, nível de escolaridade, profissão, renda financeira, faixa etária, situação de moradia e quantidade de terra que as mulheres possuem (em hectares).

O quinto capítulo versa sobre os entendimentos de relações de gênero apresentados pelas mulheres sujeitos da pesquisa, enfocando suas compreensões acerca da masculinidade e feminilidade. As teorias nas quais nos apoiamos para reflexão nesta análise foram Costa (1994), Ute (1998), Yannoulas (2002), Pacheco (2002), Crossette (2002), Pena (1981), Álvares (1997), entre outras. No segundo item do referido capítulo, abordamos as visões das referidas mulheres sobre a divisão sexual do trabalho no âmbito da casa e da agricultura familiar, ancoradas nas considerações de Alves(2001), Portella (s.i) e Garcia (1983).

# Capítulo I – FEMINISMO E GÊNERO

## 1.1 - Aspectos Históricos do Movimento Feminista

Considerando que as reflexões acerca das relações sociais de gênero surgiram no bojo do movimento de mulheres, achamos oportuno, antes de focar sobre o conceito de gênero, pontuarmos a trajetória histórica do feminismo, seus avanços e refluxos, evidenciando-o como um dos movimentos sociais relevantes para as transformações no âmbito da sociedade no século XX.

Conforme Castells (1999), o movimento feminista surgiu nos Estados Unidos, em 1948, através da primeira organização de mulheres que reivindicavam o direito à educação, trabalho e política. Essa bandeira de luta das mulheres resultou na conquista do direito de votar em 1920. As mulheres deram prosseguimento a outras reivindicações entre as quais se destaca o movimento dos direitos civis, no Sul dos Estados Unidos, em 1955, que modificou a história americana. Vale ressaltar que a participação das afro-americanas foi importante na medida em que elas mobilizaram um grande contingente de mulheres para inserir-se no movimento. A luta das mulheres se tornou mais expressiva em 1960, momento em que os movimentos de massa surgiram com propostas de reivindicações relativas aos direitos humanos e as revolucionárias tendências contraculturais.

Após o surgimento do movimento feminista, nos Estados Unidos, ele se propagou posteriormente por outros países. Na Grã-Bretanha, o feminismo teve início nos anos 1960 e esteve relacionado com o sindicato, o partido trabalhista, a esquerda socialista e sobretudo com o estado de bem-estar social. Podemos

observar que o movimento foi explicitamente político e esteve intrinsecamente ligado ao Estado, o que difere do americano, pois a problemática apresentada era relacionada à vida diária das operárias. O movimento na Grã-Bretanha passou por redefinições, nos anos 1990, quando uma nova geração de feministas se sentiu desvinculada da política partidária e das alianças trabalhistas, desencadeando o feminismo cultural que, nesse período, inclui uma multiplicidade de expressões feministas, dentre outras o lesbianismo (CASTELLS, 1999).

O surgimento do movimento feminista na Espanha foi marcado pelo processo político vivido em meados da década de 1970, período do movimento democrático contra a ditadura franquista. Nesse contexto, todas as tendências de caráter revolucionário esquerdista possuíam suas próprias organizações femininas. O movimento feminista espanhol contribuiu para melhorar a condição legal, social e econômica da mulher na Espanha, facilitando o ingresso das mulheres no cenário político, no mundo dos negócios e na sociedade de um modo geral (ibidem).

O feminismo Italiano explodiu na década de 1970, tendo sido considerado o mais importante e inovador movimento de massa de toda a Europa. O feminismo Italiano foi implantado pelos grandes movimentos sociais que modificaram a Itália em fins da década de 1960 e início dos anos 1970, influenciado pelos sindicatos trabalhistas e pelo Partido Comunista Italiano. A década de 1970 ficou marcada pela proliferação de grupos de mulheres que, com suas bandeiras de lutas, exigiam a autonomia feminina, as diferenças culturais e o exercício livre da sexualidade, criticando o patriarcalismo (ibidem).

Fazendo uma breve retrospectiva do movimento feminista brasileiro, no século XX, Bandeira (2000) aponta uma conjuntura de greves operárias destacando a greve geral deflagrada pelas mulheres, em 1917, nas fábricas Matarazzo, na Cigarro

Trajano e Cia têxtil Rio Grandense, que marcou a luta das feministas. Aponta ainda a fundação de alguns sindicatos dentre os quais se destaca a União das Costureiras e Chapeleiras, organizada por operárias.

Com relação à luta pelo sufrágio, algumas conquistas foram obtidas, em 1922, como o direito de votar para as mulheres casadas e solteiras ou viúvas que possuíssem renda própria. Esse direito restrito impulsionou as feministas a continuarem exigindo que um novo código eleitoral fosse elaborado, incluindo todas as mulheres. Em 1934, a Assembléia Nacional Constituinte, através de um novo código eleitoral, elimina algumas restrições e implanta outras, tornando o voto obrigatório para as mulheres que desenvolviam trabalhos remunerados em cargos públicos. As feministas sufragistas muito tiveram que pressionar os poderes constituídos para que o direito de votar se tornasse amplo para todas as mulheres, tendo conseguido tal direito somente em 1946. Assim, após esse longo processo, as feministas puderam celebrar a conquista que se constituiu em um árduo trabalho de pressões e reivindicações para tornar o direito de votar geral para todas as mulheres.

Concomitante à luta pelo sufrágio, começou a crescente entrada das mulheres no mercado de trabalho, impulsionada pelo gradativo aumento da industrialização e a necessidade de mão-de-obra que substituísse a masculina, arregimentada para a segunda guerra mundial. A inserção da mulher no mundo formal do trabalho e as conquistas do sufrágio levaram o movimento de mulheres a um período de relativa acomodação, uma vez que suas principais bandeiras de luta haviam sido conquistadas.

O feminismo brasileiro vai ressurgir nos anos de 1970, momento em que o Brasil vivia sob o controle da ditadura militar. Mesmo inserido em uma conjuntura

política ditatorial, o movimento feminista conseguiu questionar as hierarquias autoritárias e machistas reinantes nos espaços sociais, à medida que se contrapunha às estruturas sociais desumanas, ao controle social e cultural da elite política do país. Para Bandeira (2000), o feminismo legitimou-se enquanto movimento social, a partir da década de 1970, pelo fato de trazer nas suas bandeiras de luta a possibilidade de ruptura com fronteiras culturais e morais estabelecidas. A primeira ruptura tinha como propósito tornar a mulher visível, agente político da sua história, refutando a existência de um mundo patriarcal e androcêntrico, onde o homem era considerado um ser humano universal.

A segunda ruptura buscou inserir a mulher enquanto sujeito/objeto da produção do conhecimento, direcionado às pesquisas científicas para temáticas específicas sobre a mulher. A terceira ruptura, ampliando as prerrogativas defendidas pelas duas anteriores, buscou descentralizar os estudos sobre a mulher tomando a perspectiva de gênero como foco de sua atenção. Buscava-se analisar as relações entre mulheres e homens como construções históricas, social e culturalmente elaboradas. Essa ruptura provocou a modificação na linguagem, passando-se a falar mais de relações de desigualdades, de diversidades, de diferenças, de heterogeneidade entre os gêneros do que exclusivamente de direitos das mulheres.

Na década de 1980, o movimento de mulheres no Brasil já era uma força política e social consolidada. Nesse contexto, a academia e grupos organizados passaram a refletir as relações de gênero e várias produções foram elaboradas priorizando as relações entre homens e mulheres (SARTI, 2001).

Nesse período, as mulheres buscaram incorporar novas reflexões com relação à sua especificidade feminina, entre as quais se destacaram: direito ao corpo, à sexualidade, à maternidade e à saúde. Por outro lado, continuaram priorizando

questões relativas à realidade política, econômica e social do país, além da inserção do movimento feminista em órgãos do Estado e partidos políticos (MANINI,1996).

Reportando-nos à década de 1990, encontramos o movimento feminista ampliando sua área de ação. Bandeira (2000) destaca a ampliação do movimento feminista com a realização de várias marchas, a exemplo da marcha das margaridas, formada pelas trabalhadoras rurais; implantação de conselhos em defesa da mulher em nível municipal, estadual e federal; criação de delegacias especializadas para resolver questões específicas das mulheres; organização de campanhas educativas, como a campanha de combate à violência doméstica; fundações de organizações não governamentais, casas de apoio às mulheres vítimas de violência; aglutinação de mulheres em redes e fóruns; efetivação de encontros e conferências buscando discutir os principais problemas que afetam as relações de gênero.

## **1.2- Abordagens de Gênero**

Discutiremos o conceito de gênero a partir das leituras de várias/os teóricas/os que têm abordado essa temática, descrevendo a sua relevância para as relações sociais.

Conforme Yannoulas (2002), a categoria gênero vem do latim “genus” e está relacionado ao código das normas e princípios que regulam as organizações sociais das relações entre homens e mulheres. Portanto, o gênero é a maneira como as culturas interpretam e organizam a diferença sexual entre homens e mulheres. E essa mudança se dá através de um longo processo histórico.



Para Scott (1992), o gênero advém das relações sociais. Estas, por sua vez, são construídas socialmente em diversas culturas e gestadas gradativamente ao longo da história. As discussões sobre gênero apontam para a sua importância como categoria de análise, na medida em que possibilita uma percepção mais geral do conhecimento, da história e das relações sociais que são construídas coletivamente no espaço social.

As construções sociais que são atribuídas ao gênero são elaboradas e reelaboradas a partir das vivências dos relacionamentos entre os seres humanos constituindo-se em um processo contínuo, cuja mutabilidade dá-se no cotidiano dessas relações e construções sociais. O processo dessas construções sociais está presente no grupo familiar, nas instituições religiosas, nos estabelecimentos de ensino, nas organizações públicas, privadas e sociais.

Barbieri (1993), ao conceituar gênero, parte da concepção do sistema sexo/gênero, elaborado por Rubin (1986) com o objetivo de enfatizar o gênero como um conjunto de relações que funcionam em sintonia com outras construções sociais interligadas à etnia e a classes sociais, tendo as relações homens e mulheres como elementos fundantes desse sistema de gênero.

Segundo Barbieri (1993), o gênero não se limita apenas ao sexo, ou à formação biológica, tal qual enfatizava Rubin. O gênero possibilita que as pessoas visualizem outros aspectos como as construções sociais, as hierarquias, as relações assimétricas entre homens e mulheres, a classe social, a etnia, a faixa etária, a própria história de vida e experiências que os seres humanos têm vivenciado no cotidiano. Assim sendo, existem algumas lacunas no sistema sexo/gênero, apresentado por Rubin, que não conseguem agregar esses outros aspectos que fazem parte da construção histórica das sociedades.

Flax (1992) tece críticas ao modo de pensar iluminista quando aborda que a teoria feminista, pautada nesta epistemologia, não consegue explicar as relações de gênero. Nesse sentido, defende que o gênero analisado na perspectiva da desconstrução poderá suscitar novas alternativas de relações com base na equidade entre os sexos.

Para Flax (ibidem), o gênero como construção social abrange o conjunto das relações sociais que estão presentes em uma dada sociedade, em articulação com a cultura, idade, raça, classe e época histórica. Nessa caminhada, dá-se o processo da mutabilidade que varia de acordo com o ritmo de cada sociedade ou grupo social.

Flax (ibidem), entendendo gênero como relação social, sinaliza a necessidade de se repensar o significado que atribuímos ao conceito de natural em relação ao sexo/ biológico, uma vez que, ao transformar o sexo em gênero, não se contempla as relações sociais e as transversalidades que o gênero possui. A partir do momento que for repensado o natural, torna-se possível a desconstrução de elementos que, há séculos, foram utilizados para legitimar a opressão e submissão das mulheres na sociedade ocidental.

Louro (1997), partindo da perspectiva pós-estruturalista, enfatiza a importância do processo de desconstrução como elemento constituinte de novas construções sociais. Segundo a mesma autora, a desconstrução provoca a historicidade dos fatos e acontecimentos sociais, questionando e rompendo com as velhas hierarquias que têm gerado as desigualdades entre as pessoas. Portanto, a desconstrução aponta para reconstrução de uma prática de convivência, onde os relacionamentos hierarquizados com poderes centralizados sejam rompidos.

Machado (1998) afirma que devemos analisar o gênero, enfocando-o na perspectiva de um novo paradigma metodológico, de tal forma que possibilite uma

radical ruptura do entendimento do biológico/ sexo e do social / gênero. Assim, além de voltar a atenção para o estudo das relações de gênero, envolvendo a categoria de mulher e homem, ressalta a transversalidade da categoria gênero como uma construção relacional que abrange as mais diversas áreas do social.

Para Machado (*ibidem*), o gênero torna-se plural a partir do momento em que o seu conceito é ampliado através da sociologia, antropologia, história, literatura, filosofia e psicologia. Esses saberes disciplinares favoreceram o estudo de gênero de maneira diversificada e plural, tendo em vista que cada saber preocupa-se em adquirir uma explicação para o gênero.

Costa (1994) analisa as conceituações de gênero elaboradas no campo de linguagem e gênero, mostrando alguns paradigmas adotados por estes estudiosos e suas lacunas.

O primeiro paradigma se refere ao gênero como uma variável binária: as/os estudiosas/os dessa corrente de pensamento possuem uma visão tradicional e positivista; não conseguem problematizar as relações sociais, compreendendo sexo a partir do biológico macho e fêmea, o qual é analisado de maneira dicotômica.

O segundo paradigma considera o gênero como papéis dicotomizados: as/os defensoras/es desse paradigma se fundamentam, de modo geral, na teoria da aprendizagem e socialização de papéis internalizados por homens e mulheres ao longo de suas histórias. Dessa forma, o masculino e o feminino são aprendidos e representados em sintonia com os papéis que são atribuídos para ambos os sexos. Esse paradigma apresenta lacunas por não possibilitar um melhor entendimento das relações de gênero, além de adotar o determinismo como princípio normativo de comportamento. A teoria dos papéis não estimula a mudança social, apenas continua reforçando o que está designado para o masculino e o feminino. Desse

modo, a teoria dos papéis não visualiza as relações entre os gêneros em consonância com a interação do diálogo, das experiências, da prática social, entre outros. A abordagem dos papéis deixa passar despercebidas as questões relacionadas ao poder e às desigualdades entre os gêneros, além de omitir a prática material entre mulheres e homens.

O terceiro paradigma enfoca o gênero como uma variável psicológica: as/os teóricas/os que enveredaram por essa reflexão decidiram conceituar gênero como uma orientação ou força da personalidade, desenvolvendo um instrumento de trabalho no qual as diferenças entre homens e mulheres se constituíam apenas por uma questão de grau, quantificados em coeficientes de alta masculinidade e alta feminilidade, os quais se encontrariam nos extremos da escala. Essa perspectiva de análise reproduz atos dualistas entre homens e mulheres, repetindo esteriótipos entre os gêneros e dando continuidade à definição de gênero fundamentada em noções tradicionais de masculino e feminino.

O quarto paradigma compreende o gênero como sistema cultural e tem como tendência a idealização do mundo das mulheres de uma maneira homogênea. Essa perspectiva colabora para criar uma cultura com valores fixados para a mulher, legitimando sua experiência de amor e sensibilidade voltada para a docilidade e ternura. Parte do pressuposto da existência de uma cultura única para as mulheres, sem considerar as dimensões de classe, raça, faixa etária, entre outras dimensões inerentes às relações de gênero.

O quinto paradigma enfoca a importância do gênero relacional no qual se percebe a sua relevância, a partir do momento em que se estuda a dinâmica dos contextos sociais, observando como o gênero é constituído. Assim sendo, é

desmistificada a concepção de homens e mulheres como dois seres diferenciados cujas características e vivências são separadas no meio social.

O entendimento de gênero relacional possibilita a verificação da dinamicidade de vivências e experiências do dia-a-dia das mulheres e homens, através da análise entre as pessoas e contextos sociais, permitindo compreender como o gênero surge nos diferentes contextos. Aponta que as diferenças entre os sexos são construídas nas esferas sociais, variando de sociedade para sociedade, estando articuladas na área da prática cotidiana das pessoas.

O sexto paradigma insere-se na perspectiva do pós-estruturalismo, questionando os fundamentos universais do conhecimento que advogam a ordem e estrutura no mundo, insistindo na necessidade de reconhecimento da particularidade dos modos de pensamento. Nessa perspectiva encontram-se autoras que defendem a desconstrução das ontologias de gênero, reclamando o fim dos arranjos existentes entre homem e mulher; e, por outro lado, autoras que defendem a possibilidade de um encontro moral e dialógico entre homem e mulher onde cada parte reconheça a outra.

Strathern (1997) aborda o conceito de gênero enfatizando a construção cultural como o componente fundamental para a elaboração das relações sociais. A dinamicidade cultural de cada sociedade aponta para a transformação das relações entre as pessoas, fazendo com que o gênero não se torne fixo, mas passe por mudanças de acordo com o contexto em que está inserido. Nesse sentido, o gênero possui formas plurais que são construídas e mediadas pelo processo formativo dos seres humanos.

O debate, em torno de gênero, elaborado por Haraway (2000), apresenta uma contextualização dialética do conceito e vivência dos humanos. Para problematizar o

conceito de gênero, a autora utiliza o mito do ciborgue<sup>1</sup> para descrever a história das mulheres e homens que, segundo o ciborgue, pode ser tratada como uma ficção, ou como um aspecto político inserido em uma realidade concreta, onde as pessoas vivenciam as suas experiências cotidianas.

A autora sinaliza para a possibilidade de as mulheres produzirem uma revolução no espaço doméstico com a contribuição das inovações tecnológicas. Com essa possível revolução, assumida pelas mulheres, as hierarquias e formas de dominação serão banidas dos relacionamentos entre os humanos.

As reflexões de gênero enfatizadas por Haraway requerem uma análise mais complexa das inovações tecnológicas pela quais a sociedade tem passado, porque as relações estabelecidas entre máquinas e humanos necessitam ser contempladas por estarmos vivendo em uma sociedade onde tudo é fabricado através de “máquina e organismo.”

A perspectiva de gênero refletida por Haraway aponta para o processo da inclusão de todas as minorias, não existindo critérios entre a sexualidade, a etnia e a classe social. Enfim, todos os seres estariam sintonizados e as inovações tecnológicas contribuiriam com as mudanças que levariam a “um mundo pós-gênero.”

---

<sup>1</sup> O ciborgue é um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de realidade social e também uma criatura de ficção (HARAWAY, 2000, p. 10).

## Capítulo – II AFRODESCENDÊNCIA DAS CAMPONESAS

### 2.1- Usos e Equívocos do Conceito de Raça

Segundo Borges (2002), posterior ao Renascimento e às grandes navegações, século XV e XVI, os europeus elaboraram descrições, imagens e histórias com princípios etnocêntricos<sup>2</sup> sobre os outros povos, propagando “verdades” políticas, econômicas, morais, ideológicas, científicas e culturais próprias da Europa e as denominavam universalmente válidas para todos os povos. Essa abordagem estava ancorada no método de oposição binária, introduzido pelos gregos no século V a.C. Vale ressaltar que esse método reduzia e destruía a criatividade e capacidade das outras populações, uma vez que tudo estava centrado a pares opostos tais como: negro e branco, eu e outro, civilizado e bárbaro, oriente e ocidente.

Para Chiavenato (1999), nos séculos XV e XVI, alguns ideólogos procuraram a origem do racismo em épocas remotas com o propósito de justificar o pensamento dos escravistas que viam no negro a inferioridade racial, como um dos componentes que o impulsionava “naturalmente” ao trabalho escravo. Aristóteles defendia que certas raças nasciam para a escravidão, e assim os escravos deviam conformar-se com a condição de escravidão, pois já nasciam predestinados ao trabalho forçado, não precisando fazer questionamentos porque tudo estava relacionado ao natural e à predestinação.

Conforme Seyferth (2002), no século XIX, o paradigma predominante estava voltado para o progresso da civilização, tendo as leis da natureza e as desigualdades humanas como parte da ordem natural. Nesse contexto, surgem os

---

<sup>2</sup> O etnocentrismo é a tendência que todas as culturas têm de considerar superiores seus próprios valores e crenças. Presente nas impressões e nos discursos sobre outros mundos culturais, baseia-se em relações de dominação (Borges, 2002, p.8).

teóricos tais como Gobineau, Linnaceus, Cuvier e Broca, entre outros, que tentaram adquirir explicações para legitimar a supremacia européia. Gobineau centra seus estudos em torno da aristocracia ariana, defendendo a ciência como natural. Ele tentou justificar que a aristocracia ariana possuía supremacia em relação a outros grupos étnicos. Linnaceus defendia uma ordem classificatória para hierarquizar as civilizações colocando em primeiro lugar os europeus pelo fato de serem belos, possuírem tipo musculoso e serem governados por leis. Em segundo lugar, estavam os africanos considerados “pretos relaxados”, caracterizados pela condição de possuírem gordura no corpo e serem destituídos de beleza física. Essa teoria classificatória colocou o europeu como centro da superioridade étnica.

Segundo Seyferth (ibidem), Cuvier criou o método de análise anatômica comparativa dos crânios, com objetivo de caracterizar os grupos étnicos através da medida do crânio, cor da pele, olhos e cabelos. Esse método seria concluído com a aparência física, condição imprescindível para determinar o componente da civilização e da cultura dos humanos. O teórico Broca se fundamentou em regras de que as raças seriam hierarquizadas seguindo uma escala de intelectualidade, através de características que possibilitassem a afirmação do valor intelectual das pessoas. Ele argumentava que a posição privilegiada era ocupada pelos homens brancos e esse fato se realizava mediado pela ‘graça da natureza’ que reservava prestígio aos europeus.

A história registra que, durante o século XIX, até meados do século XX, o racismo se firmou como uma doutrina e várias correntes teóricas o divulgaram no meio acadêmico. Seus defensores efetivaram um modelo para pensar a espécie humana tendo como centralidade o conceito de raça, reduzindo a capacidade humana a um processo das leis da natureza. Paralelamente ao processo doutrinário



do racismo, a partir do final do século XX, surgem novos conhecimentos antropológicos fazendo uma crítica mais ampla ao determinismo da natureza, sendo o racismo o alvo das críticas desse novo saber que estava se propagando nos meios científicos e na sociedade (Borges, 2002).

Seyferth (2002) parte do entendimento de que a raça se constitui em um conceito acadêmico em contínua apropriação por vários segmentos da sociedade, afirmando-se como saber científico e tendo a questão da diversidade humana como sinônimo de desigualdade entre os seres. Portanto, a noção de raça tem sido empregada de maneira diversa para selecionar e ordenar hierarquicamente pessoas ou grupos.

Para Munanga, a etimologia da palavra raça vem do italiano *razza*, que significa família, ou grupo de pessoas. Segundo o citado autor, “raça também vem do árabe *ras*, que quer dizer origem ou descendência” (2001, p. 53).

Ao conceituar o racismo, Munanga (*ibidem*) apresenta quatro concepções: primeiramente, ele o define como uma ideologia que foi elaborada como resultado da ciência europeia a serviço da dominação sobre a América, Ásia e África; em segundo lugar, ele considera que a ideologia do racismo pretende hierarquizar os grupos humanos; em terceiro lugar, indica que o racismo pode também ser definido como uma teoria ou idéia, existindo uma relação de causa e efeito entre as características físicas herdadas por uma pessoa com certos traços de sua personalidade, intelectualidade ou cultura; em quarto lugar, salienta que a sociedade absolveu a idéia de que certas raças são naturalmente inferiores ou superiores a outras. Conforme o mesmo autor, a ideologia do racismo amplia a sua força, a partir do momento da escravidão negra e adquire consistência de uma teoria logo após a revolução industrial europeia.

Cunha (1998) compreende o racismo como um processo de dominação com objetivos políticos e econômicos, estando relacionado ao machismo e ao classismo, formando um tripé explicativo da nossa realidade.

Para Siqueira (2001), o racismo, na atualidade, constitui-se da ideologia de dominação, desenvolvendo-se no interior do sistema capitalista de produção, e seus desdobramentos estão presentes desde as leis abolicionistas da escravidão nas Américas, passando pelo colonialismo, escravismo, monarquia, república e pela economia de exportação. Todo esse processo se constituía em várias dimensões, porém com o mesmo objetivo de excluir do processo de construção do sistema produtivo, econômico e político a população considerada historicamente periférica, os afrodescendentes.

No que concerne ao conceito de raça, Borges (2002) apresenta duas concepções: a primeira se refere ao caráter sociológico e a segunda trata do aspecto biológico:

Do ponto de vista científico o termo raça possui duas acepções básicas. A primeira refere-se a seu uso sociológico-designa um grupo humano ao qual se atribui determinada origem e cujos membros possuem características mentais e físicas comuns. Na segunda acepção, de cunho biológico, a palavra raça designa um grupo de indivíduos que têm uma parte importante de seus genes em comum, que podem ser diferenciados dos membros de outros grupos a partir desses genes (BORGES, 2002, p.44).

Segundo Borges (2002), o racismo se resume em separar a espécie humana em raças para, em seguida, hierarquizá-las com fundamentos em explicações científicas. Antigamente, afirmava-se que os povos africanos eram inferiores aos

européus nos aspectos morais, sociais e intelectuais com o objetivo de justificar a escravidão.

Borges (ibidem) se fundamenta nos conhecimentos do projeto genoma para explicar a diferença entre os termos raça e espécie humana. Ao se referir ao projeto genoma, o autor enfatiza que através desse projeto foi possível identificar a diferença de uma pessoa para outra, caracterizada com sendo de pouco mais de 0,01%. Esse dado significa que todos os seres humanos são 99,99% idênticos do ponto de vista biológico. Desse modo, a diferença entre um negro, um branco e um asiático representa apenas uma letra química trocada a cada conjunto de mil entre todos os que formam nosso código genético. Essa pequena diferença confirma que não existe base genética para o conceito de raça, uma vez que negros, brancos e asiáticos diferem tanto entre si quanto dentro de seus próprios grupos. Segundo o mesmo autor (ibidem) não existe a pretensão por parte do estudo genoma em negar as diferenças entre os diversos grupos humanos, mas verificar que há um conjunto de semelhanças e dessemelhanças raciais tão complexo que torna difícil caracterizar de maneira mais geral os dados genéticos:

Entre as principais conclusões que a genética impõe, destaca-se o paradigma de que a diversidade humana é tão grande que não se pode falar em raças. Ou seja, os seres humanos pertencem todos à mesma e única raça: a espécie humana. São portanto, falsas as pretensas correlações entre cor da pele ou o formato do rosto e as capacidades mentais ou qualidades morais de um indivíduo ou de grupo humano. Tais capacidades ou qualidades não são determinadas de maneira unívoca pela hereditariedade, mas têm origem cultural: são provocadas pela educação e moldadas pela aprendizagem (BORGES, 2002,p.47).

Conforme Borges (2002), os vários métodos classificatórios que os teóricos do século XIX e XX usavam para identificar as raças em superior ou inferior, citados

anteriormente, no início deste capítulo, são refutados pelo paradigma da diversidade humana, proposto pelos estudiosos da genética, os quais acham mais apropriado se empregar o termo espécie humana ao invés de raça.

Munanga (2001) também apresenta questionamentos ao conceito de raça, a partir de um estudo realizado por cientistas que compararam mais de oito mil amostras genéticas colhidas em diferentes pessoas, e após a análise chegaram a seguinte conclusão: “não há raça entre humanos porque as diferenças genéticas entre grupos das mais distintas etnias são insignificantes. Para que o conceito de raça tivesse validade científica, essas diferenças teriam que ser muito maiores” (MUNUNGA, 2001, p. 59).

Segundo Seyferth (2002), o termo raça foi criado com o objetivo de desenvolver a interpretação da história das nações. Essa história era considerada como uma ciência natural, que priorizava a natureza nas relações humanas. Desse modo, o termo raça foi utilizado com o propósito de desqualificar socialmente e subordinar pessoas ou grupos, colocando a raça branca na posição de superioridade em relação a outros povos.

Borges (2002) e Munanga (2001) refutam o termo raça, a partir das análises que a genética tem apresentado e sinalizam para a substituição do termo raça por espécie humana, uma vez que o primeiro serviu para dividir as pessoas em ordem classificatória, corroborando para divulgação do racismo entre as nações, populações, grupos e pessoas.

## 2.2- Identificação das Mulheres Camponesas

Antes de darmos voz às falas das mulheres sujeitos desta pesquisa, apresentando suas identificações com relação às designações que usam para suas afrodescendências, achamos oportuno pontuarmos a partir de que autores buscamos a conceituação de identidade.

Conforme Castells (1999), a identidade é um processo de construção de significados associados à cultura:

Entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o (s) qual (ais) prevalece (m) sobre outras fontes de significado ( p.22).

Castells (ibidem) pressupõe a existência de identidades individuais e coletivas, as quais, por suas características de serem construídas, podem assumir múltiplas feições.

A identidade, entendida como um processo, é construída, ancorada em conhecimentos da história, da geografia, da biologia, de instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais. Esses conhecimentos adquiridos são organizados pela sociedade, além de passar pelo reagrupamento de seus significados em função das tendências sociais e projetos culturais alicerçados em sua estrutura social, estando também relacionados à visão de tempo e espaço.

Considerando que a construção social da identidade ocorre num contexto marcado por relações de poder, Castells (ibidem) estabelece uma distinção baseada em três tipos de construção de identidade.

A primeira ele denomina de identidade legitimadora que é defendida pelas instituições dominantes da sociedade com o objetivo de expandir sua dominação em relações aos atores sociais. Esse tipo de identidade dá origem a um conjunto de organizações e instituições que, embora de maneira conflitante, reproduz a identidade legitimadora e racionaliza as fontes de dominação estrutural.

O segundo tipo é denominado pelo autor como identidade de resistência, a qual é criada por atores e grupos sociais que se encontram em situações e condições desfavorecidas e/ou estigmatizados pela lógica da sociedade dominante. Essa identidade procura adquirir meios de sobrevivência com base na resistência, contrapondo-se aos diferentes princípios que norteiam as instituições da sociedade. A identidade de resistência origina as formas de resistências coletivas para combater qualquer tipo de opressão que tente ser imposta pelos aparatos da identidade legitimadora.

A terceira forma de identidade refere-se à de projeto que consiste na elaboração pessoal de redirecionamento da história dos sujeitos sociais, ou seja: as pessoas são responsáveis para criar a sua própria história e atribuir os reais significados, de acordo com todo o conjunto de experiências de vida pessoal.

As identidades de resistência e de projeto surgem da necessidade de se contraporem a identidade legitimadora, imposta pelo conjunto de instituições que a compõem, tais como: igreja, família, estabelecimento de ensino, aparatos do Estado, enfim, pelos grupos dominantes da sociedade.

Para Hall (1999), o entendimento da identidade pode ser interpretado com base em três concepções:

A primeira concepção está relacionada ao sujeito no contexto do Iluminismo, tendo como entendimento da pessoa humana uma totalidade centrada, única e

possuidora do poder racional. Essa concepção apresenta uma compreensão de que o sujeito, ao nascer, traz consigo a formação da identidade e se mantém de forma contínua. Durante os longos anos de sua existência, o indivíduo permanece sem alterar sua identidade, a qual não sofre modificações e não recebe influência do meio social.

A segunda concepção enfoca o sujeito sociológico, refletindo o complexo mundo moderno. Nesse contexto histórico, o sujeito toma conhecimento que está inserido em uma conjuntura social dinâmica, deixando de ser autônomo e auto-suficiente, passando por um processo de formação que se dá na relação com outras pessoas mediadas pelos valores de outros sujeitos. A identidade abordada nessa perspectiva parte da relação entre o eu e o outro, entre o mundo pessoal e o espaço público; enfim a identidade passa a ser um processo de interação entre o sujeito e o conjunto da sociedade. A diferença entre essa concepção e a anteriormente citada consiste no seguinte aspecto: enquanto a primeira é centrada unicamente no sujeito, a segunda estabelece relação com o meio social.

A terceira concepção refere-se ao sujeito no mundo pós-moderno, a qual o concebe como possuidor de diferentes identidades em distintos momentos históricos. O sujeito nessa concepção está sempre se confrontando com os sistemas de significado e representações culturais que de certa forma influenciam a mudança de identidade das pessoas e têm contribuído para tornar as identidades plurais.

O entendimento de Hall (1999) sobre o conceito de identidade, considerada numa perspectiva de construção, toma como referência a dinâmica da realidade:

A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo imaginário ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre em processo,

sempre sendo formada. As partes femininas do eu masculino, por exemplo, que são negadas, permanecem com ele e encontram expressão inconsciente em muitas formas não reconhecidas, na vida adulta. Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento (p.38).

Silva (2000) concebe a identidade como uma construção social que faz parte de um processo cultural, considerando que ela passa por mudanças sintonizadas com o contexto social:

A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, numa relação, um ato performativo. Identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada à estrutura discursiva e narrativa. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder ( 2000, p. 97).

O referido autor articula a noção de identidade à diferença. Para ele, a identidade e a diferença se constroem em termos de oposições binárias: negro/branco/ masculino/feminino. Dessa forma, a identidade e a diferença se baseiam em relações de binarismos e para se entender ou questionar essas relações se faz necessário problematizar em torno da construção étnica ou social.

A identidade, assim como as relações de gênero, constrói-se no coletivo social de acordo com o contexto histórico, social, político, econômico e religioso, onde as pessoas interagem. Conforme Silva (2000, p.37), “a política de identidade não é uma luta entre sujeitos naturais é uma luta em favor da própria expressão da identidade, na qual permanecem abertas as possibilidades para valores políticos que podem validar tanto a diversidade quanto a solidariedade.”



Para Silva (2000), a identidade registra o encontro do passado com as relações sociais, culturais e econômicas na atual conjuntura, relacionando-se também com a formação política de subordinação e dominação existente nos espaços sociais.

Feitas estas considerações a respeito do conceito de identidade, passaremos a discorrer sobre as identificações das camponesas afrodescendentes entrevistadas. Para tanto, torna-se necessário apresentarmos um panorama de como a população de Picuí se identificou no que se refere à cor da pele através de pesquisa realizada pelo IBGE no ano 2000.

### **Quadro referente à cor da população de Picuí**

<b>Cor</b>	<b>População Residente 17.896</b>	<b>Percentual</b>
	<b>Urbana</b>	
Parda	5.042	28.18%
Branca	4.824	26.96%
Preta	294	1,64%
Sem declaração	35	0,20%
<b>Total</b>	<b>10,196</b>	
	<b>Rural</b>	
Branca	3.706	20,71%
Parda	3.487	19,73%
Preta	488	2,73%
Sem declaração	19	0,11%
<b>Total</b>	<b>7.700</b>	<b>100%</b>

Fonte IBGE- 2000.

Conforme se observa no quadro acima, existe maior número de habitantes pardos na área urbana, os quais somados aos pretos obtém-se um percentual de 29,82% de afrodescendentes concentrados na zona urbana do município. Na área rural também se concentra maior número de afrodescendentes, totalizando um percentual de 22,46% entre pardos e pretos. Observa-se que a população residente

no município de Picuí, na área urbana e rural, atinge um percentual de 52,28% que se identificaram como afrodescendentes.

Siqueira (2001), ao abordar sobre a questão da auto-identificação da população brasileira, nos faz rever como se deu a história da ancestralidade negra no nosso país. Para ela, se torna difícil os afrodescendentes se declararem negros em um país, onde o processo de exclusão pelo racismo ainda é uma prática verificada nas várias instâncias sociais, políticas e econômicas. Daí pudermos encontrar uma infinidade de denominações para os afrodescendentes, pautadas, sobretudo na ideologia do branqueamento.

Essa ideologia do branqueamento foi imposta pelo europeu para divulgar a superioridade do branco afirmando que quanto mais branco melhor. Essa forma de supremacia branca repassada para a sociedade brasileira fez com que muitas pessoas de descendência africana declarassem serem brancas nos recenseamentos, com o objetivo de obter melhor aceitação da sociedade. Neste sentido, é pertinente a seguinte citação:

A ideologia do branqueamento nada mais é que um modelo discriminatório, de natureza racista, criado pelas elites dominantes para marginalizar os negros, impedindo-os de obter ascensão social, econômica e cultural. O branqueamento teve importância decisiva no processo de descaracterização (enquanto raça) e no esvaziamento da consciência étnica dos negros ([www.com.br.formapop.htm](http://www.com.br/formapop.htm).1984, acessado em 09/04/2005).

Uma parte da população brasileira de descendência africana introjetou a idéia do branqueamento de tal forma que, ao se auto-identificarem procuram se associar aos elementos da identificação branca. Essa informação se torna explícita quando observamos que, no censo do IBGE de 1984, os afrodescendentes ao serem

abordados sobre a cor apresentaram um total de cento e vinte e seis cores, entre as quais se destacaram “morena canela, morena castanha, morena clara, morena cor de canela, morena escura, morena fechada, morenã, morena prata, morena roxa, morena trigueira, moreninha, morena bem chegada, morena bronzada.” Esses dados mostram que os descendentes africanos se declaram adjetivando sua cor para se situar o mais próximo possível do modelo considerado como superior.

Para Siqueira (2002), a teoria do branqueamento está interligada com o mito da democracia racial que possui uma filosofia de convivência, através da qual as hierarquias, as desigualdades e exclusões de todos os tipos estavam voltadas para os africanos e seus descendentes. Dessa forma, reservava para eles um lugar segregado no interior da sociedade, com uma falsa aparência de igualdade étnica.

Os dados de nossa pesquisa apresentaram um número elevado de mulheres afrodescendentes que se auto definiam usando denominações referendadas por esta ideologia do branqueamento.

Nas comunidades de Atanásio, Coruja e Pedreiras, das quinze mulheres camponesas entrevistadas, onze se auto-identificam como morenas e demonstram uma boa aceitação com relação à sua afrodescendência:

Eu me sinto morena e gosto da minha cor (S .M.A em 29/01/2004).

Eu sou morena, adoro me sinto feliz, porque foi uma cor que Deus me deu (S .P.N em 09/0/ 2004).

Me sinto morena e gosto demais da minha cor (L.C .B em 09/01/2004).

Eu me sinto morena, sou feliz com minha cor, gosto bastante (C.V.S em 09/01/2004).

Morena, gosto da minha cor (E.G.C em 01/02/2004).

Morena, mesmo, gosto da minha cor (S. M .A em 29/01/2004).

Sou morena e gosto da minha cor (M.S.P em 09/01/2004).

Morena e gosto da minha cor (M.A.E.S em 01/02/2004).

Morena e gosto sim de minha cor (S.C.S em 10/01/2004).

Morena e gosto da minha cor (M .J. G em 29/01/2004 ).

Morena e gosto da minha cor (M. F.E.S em 09/01/2004).

Duas mulheres se identificam como pardas, tendo uma demonstrado que não considera relevante a identificação pela cor da pele, podendo ser denominada de qualquer maneira:

Parda, e gosto da minha cor (M.A.E.S em 09/04/2000).

Parda, do que quiser me chamar (A. S .P em 01/02/2004).

Nas falas das mulheres camponesas, encontramos duas que se declararam negras.

Sou negra e gosto da minha cor (R.A.S em 09/01/2004).

Negra, gosto da minha cor (S.E.S.A em 29/01/2004).

Essas duas mulheres elaboram suas construções de identificação imputando para si a auto- afirmação de sua negritude

Para Seyferth (2002), a população afro brasileira está vivendo um processo gradual de reelaboração de sua identificação. Essa identificação é reconstruída através do reconhecimento da existência dos afrodescendentes, que, por muito tempo, ficaram excluídos do direito de existir e ser respeitados como uma categoria particular, que, no atual momento, recupera a sua história e dela se torna protagonista.

Vemos assim que a identificação das mulheres afrodescendentes camponesas se apresenta de maneira plural: algumas delas tendem a se denominar utilizando os aparatos da ideologia do branqueamento, na medida em que se identificam como morenas e pardas; e outras, em número inferior, já tomam para si a identificação enquanto negras, assumindo a sua negritude.

## Capítulo- III Agricultura Familiar

### 3.1 – Reflexões Conceituais

O Programa de Agricultura Familiar no Brasil-PRONAF aponta que a atividade da agricultura teve seu surgimento com a participação efetiva das mulheres, considerando-as as primeiras experimentadoras na descoberta da produção agrícola.

A agricultura passou a ser uma atividade humana há aproximadamente 12 mil de anos. Uma das fortes hipóteses levantadas pelos estudiosos dessa época indica que as atividades agrícolas eram essencialmente de responsabilidade feminina na sua origem. Foram as mulheres que observaram que os grãos jogados na terra brotavam, gerando novas plantas e que esse processo poderia ser orientado pelo ser humano para satisfazer algumas de suas necessidades alimentares básicas (PRONAF, 2002, p.44).

Ao conceituar a agricultura familiar, Cunha (1998) a caracteriza como um segmento tradicional que está relacionado ao trabalho familiar, sendo o regime salarial às vezes utilizado de maneira ocasional. A família é o centro essencial tanto no que se refere à produção como ao consumo.

Para o Pronaf (2002), a agricultura familiar é organizada por uma família que trabalha na terra com todos os componentes familiares, com a finalidade de gerar produtos agrícolas alimentares, assegurando a sobrevivência de todo o núcleo familiar. A família é caracterizada como uma unidade de produção que não se refere apenas à agricultura, mas se ocupa também de executar outras atividades que possam complementar as necessidades de consumo da família.

O trabalho na agricultura familiar é caracterizado pela utilização da mão-de-obra proveniente, basicamente, do grupo familiar. Dessa forma, quando alguns dos componentes da família se submetem ao trabalho assalariado, o faz como complemento para manutenção da unidade familiar. Nesse sentido é pertinente a afirmação de que:

o grupo doméstico é uma verdadeira comunidade, para a qual cada um contribui com suas forças e da qual cada um espera sua subsistência, sem que haja contabilização nem mesmo correspondência de um com relação a outros. Quando alguns assalariados são introduzidos no grupo doméstico, estes se submetem à mesma regra e trabalham por sua manutenção, sendo muitas vezes simbólico o seu salário: é uma espécie de sinal de que não pertencem à comunidade da qual nada devem esperar se não trabalharem ( MENDRAS, 1978, p.47).

Segundo o Pronaf (2002), a agricultura no Brasil entre 1960 e 1970 foi influenciada pela onda da chamada revolução verde importada do mundo desenvolvido. Esse modelo agrícola se apresentava como solução para os problemas vividos pelos agricultores brasileiros. A revolução verde estava associada à mecanização, utilização de insumos químicos e extensão rural. Esse modelo preconizava o aumento da produtividade no setor agrícola e a promessa de que acabaria com a fome da população do Brasil e do mundo.

No Brasil, o processo de implantação desse modelo se deu através da incorporação da monocultura da soja em grandes propriedades. Ela se tornou um produto de exportação rentável e a sua produção foi incentivada nas terras de cerrado no Centro-oeste. Grande parte dos agricultores familiares desta região foi prejudicada com esse modelo agrícola, pois sua utilização requeria investimentos de alto nível, levando os agricultores a ficarem dependentes da indústria multinacional. Os agricultores familiares, sem disporem de condições para continuar as atividades

agrícolas, acabaram abandonando o campo e aumentando as estatísticas do êxodo rural.

Vemos assim que a implantação da chamada revolução verde causou uma série de problemas, tais como: provocou a migração da família camponesa para as grandes cidades; tornou as terras desgastadas com o cultivo da monocultura; destruiu a natureza causando grandes danos ao meio ambiente.

Conforme Mendras (1978) e Jollivet (1982), para o agricultor conseguir êxito na produtividade, assegurar a sua autonomia enquanto agricultor e para dar continuidade às atividades agrícolas através da reprodução familiar, ele depende de quatro fatores: a terra, o trabalho, o domínio dos instrumentos e a reprodução familiar.

A terra como propriedade possui um aspecto valorativo de relevante importância para o camponês, uma vez que é através dela que ele assegura a sobrevivência para o grupo familiar. Assim sendo, a terra passa a ser a base econômica e social do camponês. Além disso, é através dela que se consegue estabelecer as relações sociais com os grupos internos e externos à comunidade. A terra entendida como base de sobrevivência para o camponês se constitui como meio de produção fundamental e patrimônio da família. É através da propriedade da terra que o camponês assegura a sua independência, tendo em vista a sua autonomia. Não possuindo a propriedade da terra, o camponês se coloca na condição de arrendatário<sup>3</sup>, ou meeiro<sup>4</sup>, submetido a uma relação de dependência dos grandes proprietários de terra.

---

<sup>3</sup> Arrendatário não é o dono da terra em que mora e trabalha e, para ter esse direito, ele paga, por ano, uma certa renda, uma certa quantidade de dinheiro combinado com o proprietário. Por lei, o arrendamento tem que ser, no mínimo de três anos ( PARISIUS, 1995, p. 65).

<sup>4</sup> Meeiro não é dono da terra em que trabalha. Para ter o direito de trabalhar e morar com sua família num pedaço de terra que não lhe pertence, o meeiro entrega ao proprietário metade de tudo o que produz. Se colher dez sacos de feijão, cinco serão entregues ao dono da terra. Por isso, chama-se meeiro ( ibidem, 1995, p.66).



Segundo Mendras as características essenciais para o grupo doméstico camponês continuar existindo são:

Sua estabilidade e seu alicerce patrimonial. Para existir o grupo doméstico deve dispor de terra, meio de produção fundamental, e a disposição de terra, nas regiões onde esta é rara, significa em contrapartida a condição de existência e de continuidade do grupo (1978, p.67).

Conforme Mendras (1978), a terra, além de garantir a continuidade do grupo doméstico e assegurar os fatores de produção, contribuindo com a subsistência da família, evidencia-se como um valor simbólico adquirido de geração para geração, podendo ser denominada de patrimônio familiar.

O trabalho aparece como um fator que faz parte da vida do agricultor, sendo a família utilizada como mão-de-obra principal para desenvolver a produção.

Dessa forma, articula-se no interior da família um processo de cooperação mútua entre seus membros. O trabalho na agricultura familiar ainda apresenta dois fatores que estão relacionados: o primeiro se refere à necessidade de, circunstancialmente, contratar mão-de-obra temporária. Esse fato acontece quando a quantidade de trabalho é maior do que a quantidade de pessoas do grupo familiar disponível para executar as atividades produtivas. Para tanto, tal grupo contrata diarista e trabalhadores estacionais. Sendo assim,

somente os diaristas e os trabalhadores estacionais remunerados por tarefas são verdadeiros assalariados, cujo trabalho é pago para substituir a força de trabalho que falta no seio da família e que o auxílio mútuo poderia também substituir perfeitamente (MENDRAS,1978, p.48).

O segundo aspecto está relacionado à necessidade do trabalho acessório, desenvolvido pelos componentes do grupo familiar, como uma estratégia utilizada para o complemento da renda, assegurando a reprodução familiar. Assim alguns camponeses se deslocam de suas comunidades para vender sua força de trabalho para outras propriedades, geralmente aquelas que são denominadas empresariais.

Para assegurar um bom desenvolvimento na agricultura familiar, o agricultor precisa dispor do domínio dos instrumentos de trabalho, tais como: insumos, defensivos, mecanização e linha de crédito. Desta forma, o agricultor terá condições de viabilizar as suas ações na agricultura familiar.

No que concerne à reprodução familiar, esta é considerada o resultado esperado do trabalho que o camponês realiza no seu dia-a-dia. Para essa reprodução familiar continuar existindo, o agricultor familiar precisa dispor dos fatores anteriormente citados e, assim, continuará garantindo a existência da nova geração que surgirá no espaço camponês.

Atualmente, vários estudos têm refletido em torno de uma definição para o conceito de agricultura familiar brasileira. Nesse sentido, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura Familiar e Alimentação-FAO elaboraram um documento no qual estão explícitos os critérios para a identificação da agricultura familiar. Sendo assim, somente consideram agricultura familiar quando o trabalho no campo atende aos seguintes critérios: direção dos trabalhos exercida pelo próprio produtor; área máxima inferior a quinze módulos fiscais tomados regionalmente; e trabalho da mão-obra familiar superior à contratada ([www. Incra/fao.gov.br](http://www.Incra/fao.gov.br).2000, acessado em 09/04/2005).

Com relação à direção dos trabalhos exercida pelo próprio produtor, o citado documento revela que esse critério é comum a 85% das propriedades brasileiras, sendo que tal critério não é utilizado para diferenciar os tipos de produção, apenas as atividades agrícolas administradas pelo produtor.

No referente à área máxima em hectares de terra, é considerado agricultura familiar quando a propriedade apresentar uma quantidade de terra inferior a quinze módulos fiscais, de acordo com a estrutura fundiária da região. A aplicação desse critério pelo INCRA e FAO classifica quase toda a agricultura brasileira como sendo familiar, posto que encontraram 92,18% dos imóveis rurais dentro dessa classificação. Vale ressaltar que um módulo fiscal é a área máxima em hectare, definida para cada tipo de exploração e dimensionado para cada município do país, de acordo com as condições que o produtor é capaz de explorar economicamente, utilizando a mão-de-obra familiar e, causalmente, com a contribuição de terceiros.

No referente ao critério da mão-de-obra familiar, ela deve ser superior ao trabalho contratado, considerando o tempo integral da jornada de trabalho do responsável e de todas as pessoas do círculo familiar, incluindo as de idade superiores aos quatorze anos. Esse critério está voltado para a inclusão de toda a família no processo de produção familiar.

No que se refere às propriedades produtivas ou improdutivas no Brasil, o INCRA verifica que as pequenas propriedades têm apresentado uma maior produtividade se comparando às médias e grandes propriedades:

Em quantidade, 37,09% das pequenas propriedades são produtivas, comparadas às médias e grandes propriedades, respectivamente, com 38,38% e 43,40%. Em termos de área dos imóveis rurais, 31,14% da superfície das pequenas propriedades - com um a quatro módulos fiscais - são produtivas, contra 33,73% das médias e 29,60% das grandes (www.incra /fao. gov.br. 2000, acessado em 09/04/2005).

O citado estudo do Incra/Fao ainda aponta que apenas as grandes propriedades, contando com áreas superiores a cem módulos fiscais, apresentam percentual da área produtiva inferior ao da pequena propriedade.

O Brasil conta com um número de 85,2% de estabelecimentos familiares, sendo que a região Nordeste concentra 49,7% desses estabelecimentos, possuindo a maior concentração de propriedades familiares entre as regiões brasileiras (PRONAF, 2002).

Para o Banco do Nordeste (2002), a região Nordeste apresenta o maior número de agricultores familiares que possuem renda mais baixa em comparação com as demais regiões do país. Um estabelecimento familiar no Nordeste tem uma renda mensal equivalente a apenas 25% da renda mensal dos produtores familiares de outras regiões. A baixa renda dos agricultores familiares do Nordeste acontece devido às chuvas irregulares, à má qualidade da terra, à falta de apoio técnico para inovar os trabalhos e poucas informações sobre as linhas de créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar –PRONAF.

Conforme Cunha (1998), os dados apresentados pelo IBGE, relacionados à posse da terra, equivalentes aos anos de 1995/1996 na Paraíba, constataram a existência de diversas categorias: proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes. O maior número é dos proprietários que possuem 75% do estabelecimento e 86% da área total. Os números revelam que os produtores não proprietários, isto é, arrendatários, parceiros e ocupantes, detém 25% dos imóveis, cerca de 14% da área total. Essas informações mostram que existe uma concentração de terra na mão de poucos proprietários.

Segundo o documento do Pronaf (2002), a agricultura familiar no Nordeste sempre foi cultivada em terras com baixa produtividade, uma vez que as

consideradas mais produtivas ficaram à disposição dos grandes latifundiários, sendo manuseadas com o cultivo da cana-de-açúcar. Essa atividade de monocultura desenvolvida pelo latifundiário foi responsável pela maior destruição da mata atlântica no Nordeste, além de tornar as terras ocupadas improdutivas. Apesar do Nordeste enfrentar todas essas situações de destruição do meio ambiente, a agricultura familiar ainda continua existindo.

Para Weid (2003), a agricultura familiar na Paraíba tem se desenvolvido com êxito em várias regiões de Estado, mantendo a saúde das famílias dos agricultores e consumidores, evitando ainda contaminação ambiental por inseticida, livrando os produtores familiares dos elevados gastos para adquirir insumos.

### **3.2 Agricultura Familiar no Município de Picuí**

Segundo Santos (2000), a colonização do município de Picuí se deu entre o final do século XVII e início do século XVIII, período que surge como povoado. A origem do nome Picuí surgiu devido à existência de uma cacimba, que ficava localizada nas proximidades da fazenda de Lázaro José Estrela, local onde hoje se encontra a Igreja Matriz de São Sebastião, Padroeiro da Cidade. Diariamente, na cacimba freqüentava uma espécie de ave conhecida, na região, como Pucuhy. Foi a partir dessa história que se originou o nome da cidade.

O município de Picuí faz limite: ao norte com o Estado do Rio Grande do Norte; ao Sul com a cidade de Nova Palmeira; a leste com as cidades de Nova Floresta, Cuité e Baraúna, a oeste com a cidade de Frei Martinho e o Estado do Rio Grande do Norte.

O município de Picuí possui 17.896 habitantes, estando assim dividido: 8.247 na zona rural e 9.649 na zona urbana. Na classificação por gênero, encontramos os seguintes números: 9.102 mulheres e 8.794 homens, (IBGE, 2000).

A área territorial é de 734,1km<sup>2</sup> e a densidade demográfica corresponde a 22,2 hab/km<sup>2</sup>. O município tem dois distritos: Serra dos Brandões, a 40 km, e Santa Luiza, a 15 km da sede do município (idem).

O município de Picuí está localizado na região do Curimataú Paraibano, se inserindo na região do semi-árido nordestino. Segundo a Articulação do Semi-Árido Brasileiro (2003), o nome semi-árido significa meio seco. Esse nome é a atribuição que serve para designar as regiões de clima seco e com chuvas irregulares ou mal distribuídas durante o ano. O semi-árido abrange as áreas secas do Nordeste e parte de Minas Gerais e algumas localidades do Espírito Santo, na região Sudeste.

Segundo informações colhidas na sede da Emater-PB, o ano considerado com bom índice pluviométrico é aquele que se registra maior quantidade de chuvas com mais de quatrocentos milímetros. Caso o índice seja inferior, o ano é praticamente seco, com uma colheita insignificante e pouca pastagem para a ração animal.

Com relação à estrutura fundiária do Município de Picuí, podemos observar os dados seguintes:

#### **Estrutura Fundiária do Município de Picuí -PB.**

<b>Quantidade de terra (ha)</b>	<b>Número de agricultores</b>	<b>Área (ha.)</b>
0 a menos de 10	886	3.097
10 a menos de 20	190	2.502
20 a menos de 50	181	2.519
50 a menos de 100	93	6.227
100 a menos de 200	44	6.204
200 a menos de 500	43	11.464
500 a menos de 1000	8	5.800
1000 a mais	1	1.700
<b>Total Geral</b>	<b>1.446</b>	<b>39.513</b>

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE-1996.

Em entrevista com técnico da Emater de Picuí (abril de 2005), ficamos sabendo que no referido município o módulo fiscal corresponde a trinta hectares de terra. Conforme a classificação do Incra/Fao, apresentada no tópico anterior, é considerada agricultura familiar a propriedade de terra inferior a quinze módulos fiscais. Dessa forma, para a realidade de Picuí, são considerados agricultores familiares os proprietários de área inferior a quatrocentos e cinquenta hectares de terra. Pela tabela acima apresentada, pudemos perceber que existem aproximadamente mil quatrocentos e trinta e sete agricultores familiares, os quais detêm, em conjunto, trinta e dois mil e treze hectares de terras, correspondentes aos proprietários que possuem menos de quinhentas hectares.

A tabela demonstra, ainda, a pouca incidência de latifúndios, perfazendo um total de nove proprietários que agrupam sete mil e quinhentas hectares de terras. Essa realidade local não é diferente de outras regiões do país, conforme os dados apresentados pelo Jornal dos Trabalhadores Sem Terra:

No Brasil, 28 mil proprietários possuem 180 milhões de hectares de terras. Esses latifundiários, respondem por apenas 4% do valor total da produção. A riqueza agrícola é produzida por 4,3 milhões de pequenos e médios agricultores, que têm menos de 500 hectares ( 2003, p. 1).

Os dados abaixo denotam a presença de arrendatários, posseiros e ocupantes no município de Picuí devido à existência do latifúndio que, mesmo sendo em número pequeno, concentra grande quantidade de terra. O número elevado de famílias proprietárias de terra, no município, indica que a produção agrícola e a agricultura familiar são fundamentais para a sustentabilidade econômica dessas famílias, conforme podemos verificar através do quadro seguinte:

**Quadro referente às categorias responsáveis pelos trabalhos na terra no município de Picuí**

<b>Categoria</b>	<b>Número de famílias</b>	<b>Número de hectares</b>
Proprietários	1.033	31.539
Arrendatários	6	782
Posseiros	169	6.002
Ocupantes	238	4.189

Fonte: Instituto de Geografia e Estatística-IBGE-1996

A agricultura familiar no Brasil, apesar de enfrentar dificuldades, possui um enorme potencial de produção. Ela é responsável por cerca de 40% da produção agrícola nacional, produzindo mais da metade da oferta de mandioca, fumo, feijão, cebola, banana, além de sua representatividade expressiva na cultura do milho, soja, uva, algodão, arroz e laranja entre outros. A agricultura familiar é uma atividade que ocupa apenas 30% da área das propriedades rurais, e corresponde a 3/4 dos empregos criados na agricultura nacional (BANCO DO NORDESTE, 2002).

Segundo Bettencout (2002), a agricultura familiar fortalece o desenvolvimento econômico e sustentável na área rural, sendo a principal propulsora da atividade econômica das diversas regiões no Brasil com geração de emprego e renda. Outro fator importante da agricultura familiar é que ela moderniza a economia regional, combatendo as desigualdades sociais, a destruição ambiental e coloca seus produtos no mercado nacional e internacional. Em particular, na região do Curimataú Paraibano, mesmo enfrentando o baixo índice pluviométrico, a prática da agricultura familiar tem impulsionado a economia local. O município de Picuí cultiva as seguintes plantações: caju, feijão vigna, fava, mandioca, maracujá, milho e sisal.



## **Capítulo – IV Contextuar para Informar**

### **4.1- Contextuação das comunidades Pedreiras, Coruja e Atanásio**

A quantidade de famílias residentes nas comunidades de Atanásio, Coruja e Pedreiras são respectivamente: cinquenta, quarenta, e setenta e cinco famílias. Dentre as três localidades investigadas, a de Pedreiras possui o maior número de habitantes. Quase todas têm o mesmo padrão de vida, apenas dispõem do mínimo para sobreviver e não possuem nenhuma segurança econômica. Sempre estão dependendo das plantações e das colheitas. Existem nessas comunidades algumas pessoas aposentadas que recebem o salário mínimo vigente no país. As pessoas que não são aposentadas dependem da agricultura familiar, através do cultivo do milho, do feijão, de mandioca, de fava, entre outras plantações.

As atividades agrícolas das famílias destas comunidades estão divididas em dois ciclos: o primeiro, da estiagem ou seca, dedicado à preparação do roçado; o segundo, das chuvas ou inverno, reservado para o plantio. Durante a estiagem ou seca, alguns agricultores concluem logo a preparação do seu roçado, devido aos poucos hectares de terra que possuem, e passam a vender a força de trabalho para proprietários de outras comunidades do município, sendo denominados de diaristas, recebendo em troca do seu trabalho, uma remuneração irrisória de cinco reais ao dia. Durante este período, as mulheres permanecem em casa trabalhando nos afazeres domésticos, administrando o espaço de residência e cuidando dos filhos, além de pegarem lenha, água e cuidarem dos animais de pequeno porte. Enquanto

isto, os homens estão tentando adquirir algum dinheiro para assegurarem a compra de alimentos, tendo em vista que durante a seca ficam impossibilitados de produzir os alimentos básicos para a sobrevivência.

No período das chuvas ou inverno, os homens se dedicam aos trabalhos em seus roçados, pois a plantação exige cuidados permanentes e requer dedicação quase que exclusiva dos agricultores, estando a atenção voltada para os cuidados com as pragas e insetos na lavoura. A colheita feita no inverno, dependendo da quantidade, será reservada para o consumo da família durante o ano, sendo geralmente o feijão, o milho e a fava os alimentos básicos da região. As mulheres, durante o período do inverno, multiplicam as suas tarefas, pois além dos trabalhos domésticos rotineiros e cuidados com os animais de pequeno porte, ainda participam dos trabalhos no campo, no cultivo da terra, nas plantações e na colheita.

A situação de pobreza e desigualdade social do país se reflete nas comunidades estudadas, pois as famílias citadas residem em casas de pequenos cômodos, geralmente divididos em uma pequena sala, tendo de um a dois quartos e uma pequena cozinha com um fogão à lenha. A alimentação básica das famílias quase sempre é o feijão e a farinha de mandioca. No período das chuvas, são acrescentados o jerimum e algumas verduras como coentro, pimentão e tomate.

Com relação às condições de abastecimento de água, no período das chuvas, é feita a captação de águas em reservatórios como cisternas, barreiros e tanques de pedras para serem utilizadas na época da seca. Vale salientar que essa reserva de água só é possível se, durante o período do inverno, o índice pluviométrico for pelos menos regular. Caso contrário, as famílias ficam dependendo dos caminhões pipas administrados pela Prefeitura Municipal, a qual determina a quantidade de água que cada família deve receber diariamente. Algumas vezes, as famílias chegam a se

agredir devido ao desespero pela pouca quantidade de água recebida. Com relação ao uso da água, esta é colocada em potes de barro dispostos na sala e na cozinha da casa, sendo o da sala para beber e o da cozinha para o cozimento de alimentos. O trabalho de pegar a água nos reservatórios quase sempre é uma atribuição das mulheres que transportam as latas em carrinhos de mão ou em animais de pequeno porte.

As comunidades Atanásio e Coruja não dispõem de escolas. As crianças e adolescentes se deslocam para localidades vizinhas para estudar. Essa formação educacional envolve apenas o nível do ensino fundamental. Na comunidade de Pedreiras, existe uma escola de ensino fundamental e um Centro Missionário onde funciona uma creche de caráter filantrópico. Para efetivação do ensino médio, os educandos das referidas comunidades precisam se deslocar para o centro urbano de Picuí. Nessas três comunidades, existe eletrificação rural, porém nem todas as famílias foram beneficiadas e ainda aguardam ansiosas por novos projetos para que possam ser atendidas.

A Associação Comunitária de Pedreiras conta com quarenta e quatro associados, sendo vinte e nove homens e quinze mulheres. A diretoria é composta por presidente, vice, primeiro e segundo secretários, primeiro e segundo tesoureiros e três pessoas que formam o conselho fiscal, com três suplentes. A diretoria fica assim constituída: oito homens e quatro mulheres, demonstrando equilíbrio na divisão dos cargos entre os gêneros, considerando a proporcionalidade de homens e mulheres na associação. Através das reuniões mensais realizadas no grupo escolar, a diretoria e associados discutem e encaminham as suas principais reivindicações aos órgãos competentes. Dentre suas reivindicações, destacam-se: eletrificação rural, recursos hídricos, sementes para o plantio, entre outras. A associação da

comunidade Pedreiras é uma das raras existentes, no município, que tem como presidente um agricultor, porque em quase todas os seus presidentes são vereadores.

A participação das mulheres, na diretoria da associação de Pedreiras, retrata que os cargos nas áreas de decisões do poder estão sendo preenchidos pelas mulheres camponesas. Por sua vez, a representatividade das mulheres afrodescendentes, nessa esfera de decisão é limitada, porque encontramos nove mulheres identificadas como morenas, negras e pardas pertencentes a associação de Pedreiras e apenas uma exerce a função de vice-secretária, enquanto, das brancas, em número de seis, quatro fazem parte do corpo diretivo da associação.

A participação por gênero, na Associação Comunitária de Atanásio, está assim constituída: vinte e cinco homens e nove mulheres. Dentre as mulheres, encontramos oito brancas e uma afrodescendente. A diretoria dessa associação é formada por presidente e vice, secretário e vice, tesoureiro e vice e três pessoas do conselho fiscal, com três suplentes. Ao todo são cinco homens e sete mulheres na diretoria, evidenciando excelente participação das camponesas na organização da entidade, posto que das nove mulheres associadas, sete exercem cargos na diretoria. Vale salientar que a única mulher afrodescendente da associação ocupa cargo no conselho fiscal, e que o maior cargo é ocupado por um homem, a presidência da associação.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Picuí possui um total de duzentos e quarenta e seis filiados, sendo cento e vinte e seis homens e cento e vinte mulheres que legalmente pertencem ao quadro de filiadas, denotando uma igualdade numérica de associados quanto à classificação de gênero. Sua diretoria é formada por uma presidente e um vice, secretário e vice, tesoureiro e vice, três pessoas no

conselho fiscal com três suplentes; somando os titulares e suplentes, são doze os componentes que formam essa diretoria, totalizando sete homens e cinco mulheres. As mulheres no Sindicato ocupam a função de secretária, tesoureira, presidente e também estão no conselho fiscal. Destas mulheres participantes da diretoria, encontramos três identificadas com brancas e duas afrodescendentes, sendo a presidência preenchida por uma mulher branca.

Com relação às sindicalizadas nas comunidades de Atanásio, Pedreiras e Coruja encontramos trinta e quatro mulheres com as seguintes identificações: vinte e sete mulheres brancas e sete afrodescendentes, evidenciando pouca participação destas últimas na esfera sindical.

Para Ávila (s.d), a participação das mulheres nos espaços sociais significa que elas passam a intervir diretamente nos processos sociais, econômicos, políticos e culturais que estão relacionados com suas vidas. Dessa forma, as mulheres gradativamente estão conseguindo acesso ao poder nas esferas de decisões e, assim, contribuem de forma direta ou indireta com o desenvolvimento social e humano.

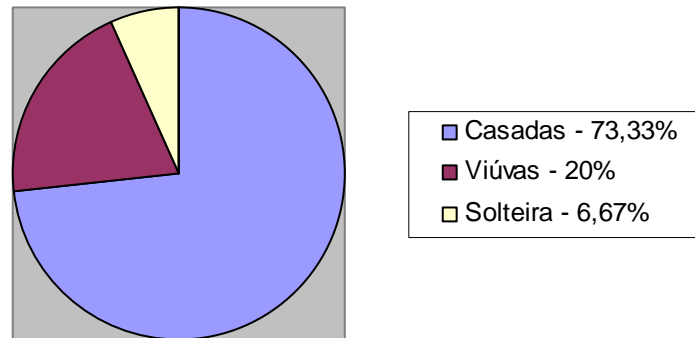
## **4.2 - Perfil das Agricultoras Afrodescendentes**

Neste item apresentaremos o perfil das quinze mulheres afrodescendentes entrevistadas, moradoras das comunidades de Atanásio, Coruja e Pedreiras, contendo informações acerca de sua condição sócio-econômica.

Conforme podemos observar no gráfico 01, o estado civil das agricultoras entrevistadas expressa-se através dos seguintes números: do total das

entrevistadas, o maior destaque foi para as mulheres casadas, com um percentual de 73,33%; já as viúvas representaram 20% e as solteiras, apenas 6,67%.

**Gráfico 01: Estado Civil**

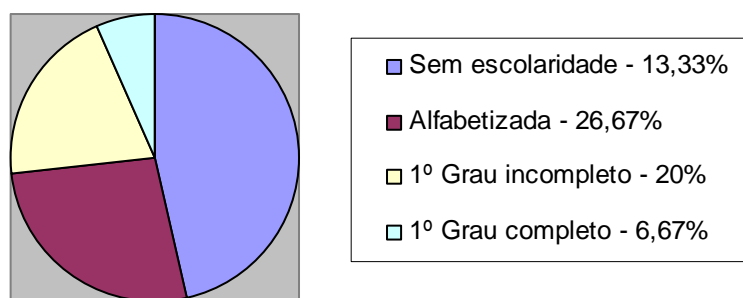


*Fonte: pesquisa realizada em janeiro de 2004.*

No que se refere ao grau de escolaridade, podemos encontrar os seguintes dados: sem escolaridade, 13,33%; alfabetizadas que conseguem ler, 26,67%; com primeiro grau incompleto, 20%; com primeiro grau completo, 6,67%. Assim, podemos constatar, nesses dados, a pouca escolaridade das mulheres afrodescendentes camponesas. A quantidade de mulheres sem nenhuma escolaridade somada às poucas alfabetizadas perfaz um total de 40%, o que implica em um alto índice de mulheres sem condições de desenvolver uma maior criticidade através da leitura e da escrita do universo que as cerca. Entre as quinze entrevistadas, apenas uma concluiu o primeiro grau, referindo-se a uma mulher solteira, denotando as dificuldades que as mulheres casadas possuem para dar continuidade aos seus estudos. Há de se considerar o fato de não existir ensino médio nas comunidades rurais, o que de certa forma gera empecilho para as

mulheres afrodescendentes casadas, residentes na área rural, prosseguirem seus estudos, pois o deslocamento para a cidade nem sempre é possível.

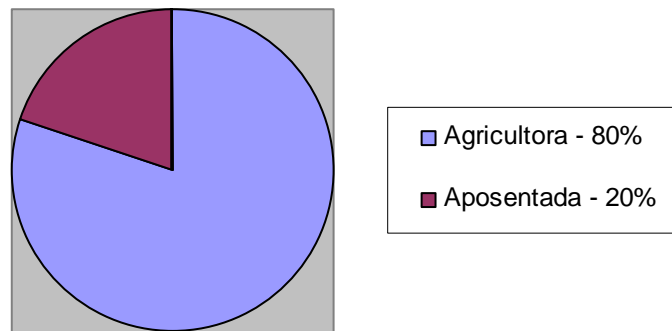
**Gráfico 02: Escolaridade**



Fonte: pesquisa realizada em janeiro de 2004.

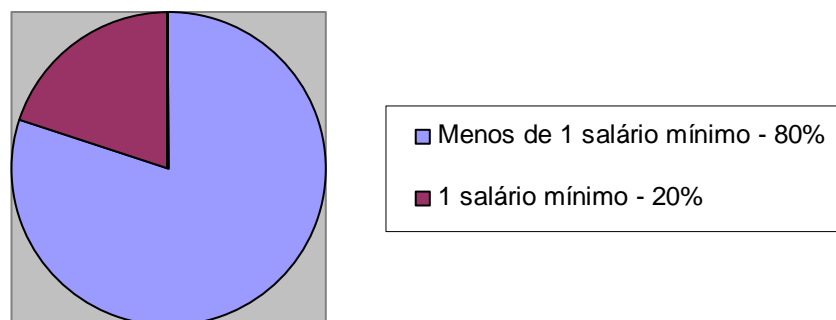
Os dados do Jornal Negra Voz (2004) indicam que o índice de analfabetismo entre os negros atinge um percentual de 52%, enquanto entre os brancos é de apenas 28%. Com relação à região Nordeste, a taxa de analfabetismo corresponde a 26,6% de negros, enquanto nas outras regiões esse percentual varia de 8 a 12%.

No que se refere à profissão das mulheres entrevistadas, podemos observar os seguintes dados: as agricultoras correspondem a 80%, sendo que, desse percentual, duas mulheres têm outras profissões: uma desenvolve serviços de lavadeira e faxineira e a outra trabalha em um pequeno comércio de confecções. Essas duas mulheres realizam atividades extras à agricultura familiar como meio de adquirirem outra forma de renda financeira. Com relação às aposentadas, encontramos o percentual de 20%, que, para a realidade local, possuem uma vida melhor porque todos os meses recebem um salário mínimo vigente no país.

**Gráfico 03: Profissão**

*Fonte: pesquisa realizada em janeiro de 2004.*

A renda familiar das mulheres entrevistadas está assim distribuída: com menos de um salário mínimo, encontramos 80%, e apenas 20% possuem renda de um salário mínimo. Esses dados revelam a situação de pobreza na qual vive a grande parte das mulheres afrodescendentes camponesas. Conforme descreveremos no quinto capítulo, as mulheres que enfrentam essa situação de pobreza alimentam a expectativa de conseguirem um trabalho remunerado para assegurar melhor qualidade de vida ao núcleo familiar.

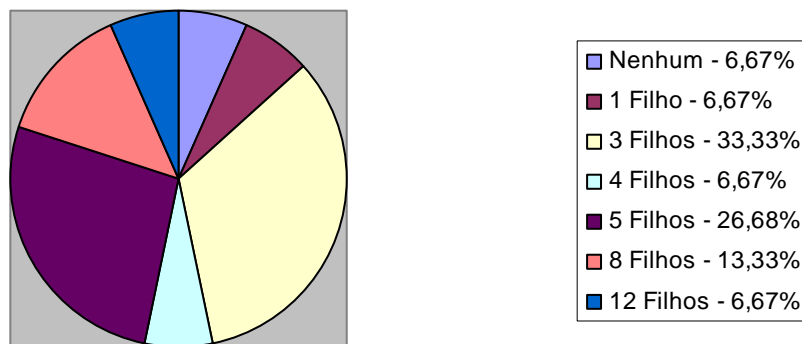
**Gráfico 04: Renda Familiar**

*Fonte: pesquisa realizada em janeiro de 2004.*



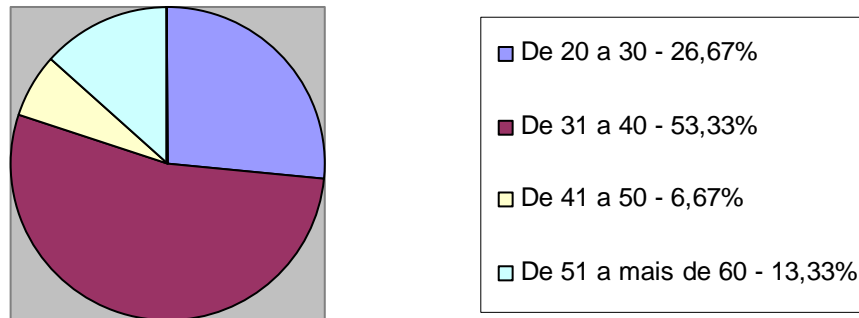
O gráfico que segue se refere à quantidade de filhos das mulheres camponesas afrodescendentes. As mulheres casadas possuem uma quantidade de filhos que varia de um a doze filhos, sendo o maior percentual para as famílias com três (33,33%) e cinco (26,68%) filhos.

**Gráfico 05: Número de filhos**



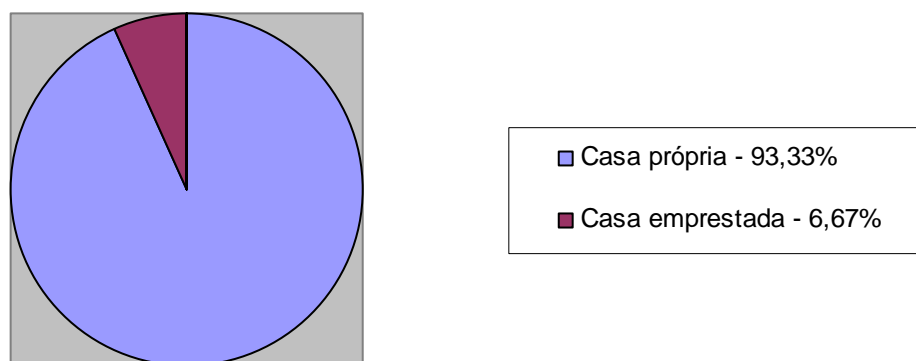
*Fonte: pesquisa realizada em janeiro de 2004.*

Com relação à faixa etária obtivemos os seguintes dados: com idade entre vinte e trinta anos, o percentual foi de 26,67%; com idade entre trinta e quarenta anos, registraram-se 53,33%; entre quarenta e cinquenta anos, encontramos 6,67%; acima de cinquenta anos encontramos 13,33%. Segundo os dados levantados na pesquisa, as atoras sociais se apresentam com uma idade relativamente jovem, centrando os maiores percentuais entre vinte a quarenta anos de idade.

**Gráfico 06: Faixa Etária**

*Fonte: pesquisa realizada em janeiro de 2004*

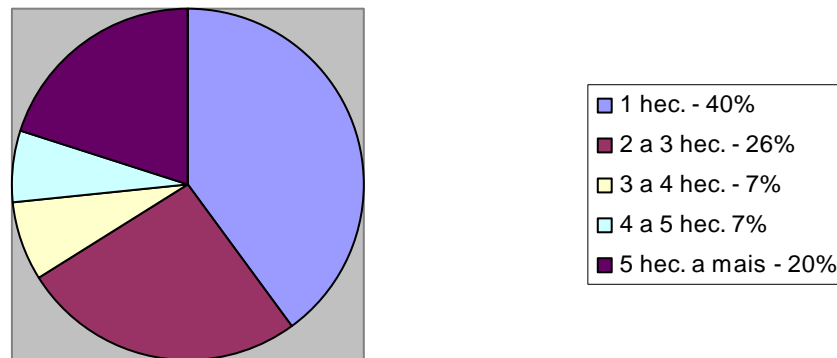
A situação de moradia das mulheres entrevistadas se apresenta da seguinte maneira: com residência própria, encontramos 93,33%, sendo esse o maior percentual, enquanto que, com residência emprestada por um parente ou vizinho, registrou-se apenas 6,67%. As residências das mulheres camponesas são divididas em pequenos cômodos apresentando-se da seguinte forma: uma sala, dois quartos e uma cozinha.

**Gráfico 07: Situação de moradia**

*Fonte: pesquisa realizada em janeiro de 2004.*

No que se refere à quantidade de terra existente nas propriedades das mulheres afrodescendentes, podemos verificar os seguintes dados. Com um hectare de terra, encontramos um percentual corresponde a 40%; com dois a três hectares de terra, 26%; com três a quatro hectares de terra, 7%; com quatro a cinco hectares de terra, também 7%; possuindo de cinco a mais hectares de terra, o percentual encontrado foi de 20%. Esses dados revelam que a quantidade de terra que as camponesas possuem é inferior ao módulo rural do município de Picuí, que conforme já registramos é de trinta hectares. A disponibilidade de pouca terra para ampliar as plantações resulta em situações de pobreza, inclusive submetendo as mulheres e seus familiares a sobreviverem com menos de um salário mínimo.

**Gráfico 08: Quantidade de terra**



*Fonte: pesquisa realizada em janeiro de 2004.*

## Capítulo V- Gênero na Perspectiva das Camponesas Afrodescendentes

### 5.1 - Concepções: Ser Mulher/ Ser Homem

Abordaremos as concepções que as mulheres agricultoras afrodescendentes possuem com relação a ser mulher e ser homem. No decorrer do texto, registraremos as falas transcritas das entrevistadas para melhor compreensão das informações no que se refere à temática apresentada.

Segundo entendimento de grande parte das camponesas, o ser mulher está relacionado a cuidar do outro, pois elas expressaram este sentimento, sempre se colocando como as protetoras que têm a obrigação de cuidar do marido, dos filhos e do círculo familiar. Vejamos alguns depoimentos:

A situação da mulher é difícil, mas eu me sinto feliz de tá em casa, cuidar do meu marido. (...) A função da mulher é cuidar da casa, cuidar dos filhos e de ser... honesta com o marido (S.M..S.A em 04/04/2004).

A pessoa ser mulher é ser dona de casa, é você se dedicar a sua casa, ter cuidado nos filhos, cuidar do marido (C.V.S em 08/04/ 2004).

A pessoa ser mulher e ter uma obrigação de cuidar das coisas e ser bem educada com o marido (S.P.N em 11/04/2004).

Ser mulher é ser boa dona –de- casa, ser bem atenciosa com os filhos, mesmo os filhos já casados, mas a gente tem de conversar, aconselhar e ser uma boa mãe (L.C.B em 08/04/2004).

Ser mulher é ser mãe, é ser esposa, é ser dona-de-casa (S.C.S em 08/04/2004).

Ser mulher é respeitar, ter respeito, viver em casa cuidando das obrigações (M.A.E.S em 08/04/2004).

Os depoimentos das mulheres entrevistadas demonstram que elas ainda continuam vivenciando a responsabilidade do cuidado com o outro como se essa atividade fosse restrita apenas à mulher. Dessa forma, evidenciam a perspectiva essencialista que reserva para a mulher a missão de ser mãe, estabelecendo papéis dicotômicos para os sexos.

Segundo Costa (1994), o paradigma dos papéis sexuais tem sido utilizado para analisar as diferenças entre homens e mulheres, além de pontuar as posições sociais e atividades que os gêneros podem exercer na sociedade. Esse paradigma possui a força de internalizar nas mulheres e homens a dicotomização dos papéis e as atribuições que cada gênero deve possuir no coletivo social.

Corroborando com a concepção de mulher anteriormente apresentada pelas camponesas, encontramos outros depoimentos que enfatizam o sofrimento como maneira de vida do gênero feminino:

A situação da mulher é sofrimento de todo lado, para onde ela vai o sofrimento tá ali, há dificuldade (M.F.E.S. em 08/04/2004).

A mulher não pode mudar nem acabar o sofrimento, porque já nasceu mulher.(...) A vida da mulher é muito sofrida, mas já que nasci pra ser mulher, sou até o fim(M.J.G em 04/04/2004).

A vida da mulher é sempre mais sofrida... A gente pena muito ( M.S.P.N em 09/01/2004).

As mulheres sentem no seu cotidiano as mais diversas formas de sofrimento, no entanto algumas deixam transparecer que elas têm por missão suportar os sofrimentos que lhes são impostos. Para Ute, “as mulheres carregam um fardo pesadíssimo na vida porque aprenderam que ser mulher, ser feminina significa renunciar a si própria” (1998, p.141).

Uma entrevistada compara o sofrimento entre mulheres e homens, sinalizando o acúmulo de tarefas por elas desenvolvidas e as preocupações quando os filhos adoecem como situações que envolvem mais sofrimento para as mulheres.

A mulher é mais sofrida, a tarefa é mais comprida do que a do homem, se é pra ir ao hospital com o filho quem vai é a mãe. Em doença tudo a mãe está presente. Quando o filho adoce a mãe sofre igual ou mais do que ele. Já o pai nem tanto, tem sossêgo pra dormir, sossêgo pra comer uma coisa é a mãe é direto na batalha. (...) A mulher é mais sofredora do que o homem (M.J.G em 04/04/2004).

As dificuldades enfrentadas pelas mulheres no campo também são sinalizadas como causadoras de sofrimento. Segundo os depoimentos, tais dificuldades estão voltadas para os problemas relacionados à falta de dinheiro, falta de água e sobrecarga de trabalho:

A gente que mora no sítio pena muito é uma vida sofrida, sofrimento por falta de água, falta dinheiro para viver (M.S.P. N em 08/04/2004).

O sofrimento da mulher é maior, é lutar com a família, fazer tudo no mundo em casa e no roçado, vai aqui, vai acolá e muda um bicho... Acontece de escurecer e precisar ir dormir desatando um bicho que tá amarrado. (...) A gente tem sofrimento de todo lado e o maior é a doença e o liseu (falta de dinheiro) (M.F.S. em 08/04/2004).

O depoimento abaixo demonstra a insatisfação da camponesa com relação a não valorização do trabalho feminino, enfatizando que a mulher trabalha muito, porém esse trabalho não é reconhecido. Essa mulher questiona as relações de gênero, a partir do momento que percebe a ausência da valorização do trabalho que ela realiza no espaço da casa e do campo:

A vida da mulher é sofrida porque trabalha muito, não é valorizado, o trabalho da mulher era pra ser mais valorizado, porque ela trabalha demais (C.V.S em 08/04/2004).

Segundo Yannoulas (2002), as mulheres camponesas são geralmente as que mais sofrem, pois têm que suportar uma larga escala de atribuições e, ao mesmo tempo, administrar os trabalhos domésticos e a produção em pequena quantidade.

Pacheco (2002) parte do entendimento que o modelo econômico dominante na sociedade reforça as desigualdades entre os gêneros a partir do momento que ignora o trabalho produtivo não pago que as mulheres desenvolvem, tornando-o sem visibilidade econômica e social. Além disso, o trabalho feminino é quase sempre entendido como uma “ajuda” e não como um trabalho em que há desgaste físico e psicológico na sua realização.

No conjunto das quinze mulheres entrevistadas, duas têm posturas diferenciadas com relação ao entendimento do ser mulher, demonstrando consciência da opressão a que são submetidas, ansiando por liberdade:

Ser mulher, eu acho assim que a gente..É saber se valorizar, é reconhecer os nossos direitos, nossos deveres como mulheres (S.M.S em 29/01/2004).

Eu acho que ser mulher e ter um pouquinho de liberdade porque ser só escrava do lar, eu não acho certo (S.C.S em 29/01/2004).

Vemos que essas camponesas apontam a necessidade de conhecer seus direitos e deveres, além da própria valorização da condição feminina, sinalizando o desejo de ruptura com o espaço doméstico, tomando tal ruptura como símbolo da liberdade feminina.

A submissão de algumas mulheres está relacionada aos resquícios do sistema patriarcal, porque, mesmo as mulheres tendo conquistado alguns espaços, ainda se constata nos relacionamentos atitudes e ações do velho sistema patriarcal, no qual a hierarquia masculina prevalece. Segundo Castells (1999), o patriarcalismo tem suas estruturas fixadas na organização da sociedade, na produção, no modelo econômico, na política e na cultura. Dessa forma, os relacionamentos interpessoais são afetados pela autoridade masculina, levando à opressão entre os gêneros.

Boa parte das mulheres pesquisadas se sentem dependentes de seus companheiros, considerando o fator econômico uma das causas primordiais dessa dependência. Apontam como possível solução para essa situação a aquisição de um trabalho remunerado:

Eu quero arrumar um emprego para ganhar um dinheirinho, ou um serviço pra ajudar em casa também. Se tivesse um trabalho pra eu ganhar, seja quanto for, pra mim já era importante. Porque já não agüento ficar esperando o marido trazer as coisas para casa. ( ..) Eu trabalho em casa, mas se eu tivesse um servicinho assim... Um trabalho pra mim ganhar seja quanto for, pra mim já era importante (C.V.S. em 08/04/2004).

Um emprego é importante porque a gente vive só dependente do marido (L.C. B em 08/04/2004 ).

Eu quero um emprego, um serviço, um trabalho! Se todo mundo trabalhasse, tivesse sua... A vida seria mais tranqüila (M.S.P.N em 08/04/2004).

Eu queria ter um bom estudo, pra arrumar um bom emprego, eu acho que tudo era mais fácil, que eu pudesse ganhar dinheiro pra cuidar da minha família (S.P.N em 11/04/2004).

Eu queria um trabalho pra ajudar o meu marido, pra ganhar dinheiro (M.S.A.S em 08/04/ 2004).



As mulheres ao manifestarem o interesse pelo trabalho remunerado, de certa forma reelaboram as relações de gênero na medida em que desejam contribuir com o orçamento financeiro da família, ao lado do companheiro. Nesses depoimentos, uma das mulheres também expressa o desejo de estudar, associando o estudo à facilidade para encontrar emprego. Conforme já demonstrado no capítulo anterior, a ausência de escolaridade das camponesas atinge um percentual de 39,9%.

O trabalho remunerado seria um dos fatores que resgataria a valorização e a auto-estima das mulheres, já que a atividade doméstica ainda não tem visibilidade econômica e social. Conforme Álvares, “a independência econômica das mulheres é o primeiro pressuposto da liberdade de ação e das idéias” (1997,p.136).

Segundo Pena (1981), o trabalho doméstico não remunerado está relacionado à opressão feminina, sendo o casamento um mecanismo que institucionaliza a gratuidade deste trabalho.

Para Crossette (2002), a mulher enfrenta uma sobrecarga de trabalho e ainda convive com estereótipos e preconceitos que, em geral, tendem a não valorizar seu trabalho. Se ela for afrodescendente, a situação se agrava mais devido ao fato de lhes serem destinados trabalhos com remuneração inferior ao da mão-de-obra branca.

Das quinze agricultoras entrevistadas, duas expressam perspectivas diferenciadas que envolvem a melhoria de vida das mulheres. A primeira aponta o viés da organização para torná-las conhecedoras de seus direitos e deveres, indicando a formação de grupo de mulheres; a segunda revela a importância da independência financeira como condição de vida autônoma:

Eu acho que deveria haver, não sei se o que eu tô falando tá certo ou errado não, mas é porque muitas mulheres ainda, elas não têm o conhecimento do direito da mulher. Elas acham

sempre que deve ser aquilo que o homem quer, que ela não deve mudar, e eu acho que o centro disso tudo era uma organização. O homem e a mulher são iguais, mas ela também tem que ser uma pessoa bem informada também nos deveres pra não dar errado. Eu acho que isso é bom, formar grupo de mulheres (S, M.S. em 04/04/2004).

Que é a coisa melhor do mundo você poder abrir a boca e dizer: eu sou independente, eu não dependendo de ninguém pra sobreviver, eu acho que isso é muito bom. Eu acho que se eu passar a depender exclusivamente do meu marido, eu num sei não... eu acho que não vou me acostumar, com isso não, deve ser muito chato (S.C.S em 04/04/2004).

Conforme Alfonsin (s.d), a organização e mobilização das mulheres têm a força e criatividade para desmistificar a discriminar a injustiça que existe na sociedade contra as mulheres. Dessa forma, é necessário priorizar as diferenças existentes nas relações humanas e assim poder proporcionar novas maneiras de vida, nas quais a democracia, a justiça social e o desenvolvimento incluam todas as mulheres.

No referente às perspectivas de vida, incluindo a satisfação das camponesas afrodescendentes com relação à condição de ser mulher, não encontramos nas falas das entrevistadas planos ou projetos futuros que envolvessem mudanças significativas de vida. A grande maioria ansiava por lazer e divertimentos, estes visualizados como uma forma de se contrapor ao sofrimento vivido no cotidiano e às limitações decorrentes de uma vida restrita ao âmbito doméstico:

Eu queria assim...avançar uma coisa fazer uma viagem (M.F.E.S em 08/04/2004).

Eu queria assim... passear, ir para fora, uns passeio bem bom (E.G.C em 08/04/2004).

Eu queria assim muitas coisas... ter fartura de alimentos (R.A.S em 08/04/2004)

Com relação ao entendimento do que é ser homem, algumas mulheres afirmam que o homem tem como missão ser o provedor da família. Essa compreensão do homem como provedor o isenta da administração do espaço doméstico, do cuidado e orientação com os filhos, reservando-lhe a obrigatoriedade de garantir a alimentação e a manutenção da casa:

O homem tem que manter a casa, comprar alimentos, fazer a feira, dar os filhos o que eles precisam (S.C.E em 04/04/2004).

Sei lá... [ risos] ser homem é ser dono-de-casa, tomar conta do lar, ele deve trabalhar pra assumir a responsabilidade da mulher e dos filhos (C.V.S em 09/01/2004).

O homem tem que trabalhar pra dar conta da família e da mulher (M.S.A em 08/04/2004).

O homem tem que ser responsável para manter a casa, a mulher e os filhos ( M.S.P.N em 08/04/2004).

Eu acho que ser homem ele ter toda a responsabilidade de manter a casa, a mulher e os filhos e ser responsável no trabalho (S.P.N em 11/04/2004).

Os depoimentos expressam que o homem ainda deve se manter como o provedor responsável pelo orçamento doméstico, indicando uma continuidade da perspectiva patriarcal na visão destas mulheres, mesmo algumas tendo evidenciado o desejo de contribuir com as despesas familiares.

Três depoimentos apontam características de homem considerando qualidades inerentes à paternidade, à retidão de caráter e ao convívio familiar, sem deixar de relacioná-los à concepção de provedor:

O homem é... tem que trabalhar, dar conta da família e ser um homem de casa, um bom pai, um bom esposo (M.S.A.S em 08/04/2004).

Eu acho que ser homem é... ele tem que ser um bom pai, tem que compreender também a mulher, tem que participar das coisas em casa, já que o meu não participa (M.S.P.N em 08/04/2004).

Sei lá. Eu acho que ser homem é ser...ter bom caráter, ter responsabilidade, é... eu acho que ser homem é a pessoa ser um cidadão mesmo de verdade. (...) Ser homem é não viver de bagunça, não viver bebendo, jogando, trabalhar, ser só para casa, aí é que eu acho deve ser um homem de verdade (C.V.S em 09/01/2004).

Em outros momentos de suas falas, as mulheres evidenciam os desejos de possuírem relações interpessoais com os seus companheiros de maneira mais harmônica, havendo mais respeito nas relações de gênero, de forma que o poder masculino não fosse vivenciado com base no autoritarismo:

É ser um bom dono-de-casa, um bom esposo, trabalhador e ter um relacionamento bom (L.C.B em 08/04/2004).

O homem ideal pra pessoa é um homem que tenha carinho pela gente, que reconheça sempre a situação da pessoa, na hora que tá doente, na hora que tiver mal de saúde e que seja um homem muito compreensivo também porque tem muitos que não reconhecem o que é uma mulher. Às vezes a pessoa fala eles são ignorante, outros são muito agressivos e acha que tem o poder nas mãos, mas às vezes, a pessoa sempre vai conversando e consegue... entender melhor (M.S.P.N em 08/04/2004).

Nos depoimentos que seguem, as entrevistadas revelam que os homens possuem mais liberdade do que as mulheres. Elas apontam que ainda se sentem recuadas para freqüentar alguns recintos públicos. Para Bardwich (1981) “essa liberdade atribuída ao homem reproduz as velhas práticas do sistema patriarcal, além do que reforça a continuidade das desigualdades entre homens e mulheres. Vejamos as falas das mulheres:

Eu nem sei, mas eu acho que o h me tem assim mais direito... mais liberta o que a mulher. (...) Ser homem   ter mais liberdade (S.E.S.A em 04/04/2004).

O homem   que pode fazer tudo o que quer no mundo: o que   bom e o que   ruim. Já a mulher não pode. Porque o homem anda por todo canto e anda sozinho e a mulher   resguardada. (...) Ser homem e ter mais liberdade (M.F.E. S em 08/04/2004).

Os homem... eu acho que os homem têm mais liberdade do que as mulheres. Numa festa ele diz vou e vai mesmo e muitas vezes num deixa a mulher ir. Eu mesmo num saio pra canto nenhum, assim vivo aqui em casa mesmo (M.S.A.S em 08/04/2004).

Eu acho que os homens têm mais habilidade de entrar em todo lugar onde eles querem. Alguns lugares as mulheres não entram porque os pais não deixam, tem lugares que elas não deve freqüentar (S.P.N em 11/04/2004).

Além da concep o de liberdade associada   figura masculina, encontramos dois depoimentos que enfatizam a tranquilidade como um aspecto inerente a vida do homem e um que enaltece o poder masculino na tomada de decisões, sejam de cunho familiar ou de qualquer outra ordem:

O homem tem a vida mais tranqüila de tudo, com tudo na vida, o h me   mais tranqüilo que a mulher (M.J.C em 04/04/2004).

Ser homem   assim, ter a vida mais tranqüila do que a mulher (S.E.S.A em 04/04/2004).

Eu acho que ser homem   ter mais poder de resolver as coisas (M.S.P.N em 08/04/2004).

A maioria das falas das mulheres, até aqui apresentadas, indicam a constru o cultural da figura masculina com as características de homem remanescentes da ordem patriarcal, apontando os seguintes aspectos: provedor da casa; poder de resolu o; acesso a todos os lugares e o espaços públicos; vida livre e tranqüila.

Uma quantidade pequena das entrevistadas arrolaram como características do ser homem, além da condição de mantenedor da casa, aspectos direcionados ao bom relacionamento com a família, incluindo o diálogo e a compreensão com as esposas, e a condição de ser bom pai.

Com relação à concepção de ser mulher, a maioria das entrevistadas excetuando-se duas, apontam a compreensão relacionada ao sofrimento, o qual envolve a questão da dupla jornada de trabalho (na agricultura e na casa), o não reconhecimento deste trabalho, a falta de divertimento, restrições de acesso a determinados locais, como festas, bares etc. Suas construções de mulher não podiam deixar de apontar a característica essencialista do ser mãe, dona de casa e boa esposa, inerentes às construções hegemônicas de mulher na nossa sociedade.

Suas re-elaborações de gênero estão basicamente assentadas no desejo de realizarem trabalho remunerado fora do circuito do lar e da agricultura familiar, a qual não gera dividendos específicos para a mulher, nem lhe dá visibilidade social.

## **5.2- Divisão Sexual do Trabalho: A casa e a roça**

Analisaremos as falas das mulheres agricultoras afrodescendentes referentes às divisões sexuais do trabalho, tomando como foco de atenção as atividades desenvolvidas no âmbito doméstico e na agricultura familiar.

No que se refere às atividades masculinas no espaço doméstico, as mulheres revelam, em dois depoimentos, que seus companheiros não contribuem com os trabalhos domésticos, ficando sempre esperando que elas os sirvam. Esse estilo de

homem reproduz as características do patriarcalismo, centrando os afazeres domésticos somente sobre a responsabilidade da mulher:

Em casa ele não faz nada, a comida tem que butar a comida no prato ( S.C.S em 04/04/2004).

Em casa ele não faz nada só bota água e lenha ( M.S.A em 29/04/2004).

A maioria dos depoimentos demonstra que os trabalhos realizados pelos homens, no âmbito doméstico, ainda são bem restritos, o que indica o desenvolvimento de ações de maneira muito mais emergencial do que espontânea, só sendo concretizadas na ausência da mulher:

Em casa se eu sair ele cuida do cumê; agora, lavar prato, varrer a casa ele não chega nem perto (M.S.A.S. em 29/042004).

Em casa o café é apenas o que ele faz (E.G.Cem 08/04/2004).

Em casa ele cuida dos bichos, traz comer pra cabras. (...) Quando eu saio de casa que ele fica só, que eu vou levar a menina pra escola aí ele faz. Eu deixando a comida assim no fogo ele acaba de cuidar. Cuida, eu não sei como. Se eu tiver em casa, ele não faz nada não, fica só esperando por tudo. (M.S.P.N em 08/04/2004).

Eu tando muito aperrada eu boto ele... enxugar os pratos, ele ajuda a fazer o cume (C.V.C.S em 08/04/2004).

Alves (2001) parte da abordagem de que o grupo doméstico camponês é caracterizado por uma divisão de trabalho pautada na visão tradicional e conservadora das atribuições para homens e mulheres.

Com relação às atividades desenvolvidas pelas mulheres no âmbito doméstico, encontramos depoimentos que sinalizam as multifunções que elas executam, além da missão de zelar pelo equilíbrio familiar, tendo que desempenhar o papel de mãe

e esposa harmoniosa. Segundo Bardwich (1981), a mulher assume várias atividades no espaço familiar, tendo ainda que adaptar-se às expectativas do marido, às necessidades e desejos dos filhos. Vejamos os depoimentos:

Em casa eu faço de tudo, é pra tudo. E pra cuidar do cumê, tomar conta do minino, é tudo, passar roupa, é pra todo serviço. (E.G.C em 01/02/2004).

Em casa eu faço de tudo, é sempre para cozinhar, lavar, passar, lavar prato, é tanto coisa que eu faço... muita coisa mesmo (S.M.S em 04/04/2004).

Em casa lavo roupa, cuido da casa, tudo é eu (S.E.S.A em 29/01/2004).

Duas entrevistadas informam que além do acúmulo de tarefas no espaço doméstico, procuram receber remuneração desenvolvendo atividades extra domiciliares: uma mulher lava roupa e faz faxina e a outra mulher desenvolve a função de vendedora de confecção, conhecida popularmente como sacoleira:

A minha atividade de casa é ...cuidar da casa, dos filhos, do esposo. Tratar com boas maneiras, ensinar os filhos coisa melhor para viver, não ser muito agressiva em casa, ter paciência. Fora de casa eu lavo roupa para ganhar um dinheirinho e quando me chamam faço faxina na casa do povo ( M.S.N.P em 08/04/2004).

A vida da dona de casa é uma rotina, é pra tudo: lavar louça, varrer casa, tudo que a gente faz em casa. E fora de casa eu vendo confecção (S.C.S em 04/04/2004).

As mulheres afrodescendentes camponesas desenvolvem dupla jornada de trabalho, pois são responsáveis pelos afazeres domésticos, além de assumirem atividades para o desenvolvimento da agricultura familiar.



No referente às atividades desenvolvidas pelas mulheres afrodescendentes no roçado, encontramos os mais variados tipos de trabalho, desde o destocamento do terreno até as habilidades desenvolvidas em torno do plantio e da colheita:

Eu destoco o mato, planto, limpo e depois colho (E.G.C em 01/02/2004).

A vida é só trabalho. Limpo mato, planto, faço de tudo no campo e em casa (C.V.S. em 04/04/2004).

Já trabalhei muito na agricultura, depois não agüentei mais, agora eu não trabalho mais não (M.F.E.S em 09/01/2004).

Esses depoimentos apontam para o entendimento das tarefas desenvolvidas pela mulher na agricultura como um trabalho efetivo desenvolvido por ela. Entretanto, encontramos nas demais entrevistas a concepção de trabalho feminino na agricultura com o sentido de ajuda e complemento ao trabalho masculino:

No roçado eu ajudo o meu marido, limpo mato (M.S.A.S em 01/02/2004).

Eu só apanho feijão porque eu não posso limpar mato que eu sou meia fraca (S.E.S.A em 29/01/2004).

No roçado eu ajudo a limpar o mato e apanho feijão (SPN em 09/01/2004).

Para Portella (s.d ), as mulheres trabalhadoras rurais ainda continuam como o entendimento de que vão ao campo para ajudar o marido na produção agrícola, limitando suas possibilidades de acesso à renda produzida pelo seu trabalho, uma vez que atribuem a produção ao homem, tornando o trabalho executado pela mulher quase invisível. Vemos então que as mulheres entrevistadas estão efetivamente

inseridas na produção da agricultura familiar, faltando a algumas delas o entendimento da real dimensão desse seu trabalho.

A agricultura familiar, interligada às questões de gênero, quase sempre acentua a figura masculina como único agente protagonista de unidade produtiva e ignora ou desconsidera o trabalho feminino no setor da produtividade. Nesse sentido vejamos a seguinte citação:

O campesinato apresenta uma ética peculiar, cujos valores relacionam-se com manutenção da hierarquia familiar, onde se apresenta como central a figura do chefe de família. Assim, o grupo doméstico camponês é representado pelo chefe de família, ou seja, pelo pai, moralmente ocultando-se ou omitindo-e o papel que as mulheres desempenham. A figura do pai sintetiza a essência do campesinato (ALVES, 2001, P. 416).

Para Garcia (1983), o trabalho produtivo, no roçado, constitui-se em uma atividade masculina, uma vez que a produtividade sempre está associada ao trabalho desenvolvido pelo sexo masculino. Essa concepção contribui para reforçar a idéia de que as atividades efetivadas pelas mulheres, no roçado, constituem-se em apenas uma ajuda ao marido ou companheiro.

Quando indagado às mulheres acerca das atividades desenvolvidas por seus companheiros na agricultura familiar, elas nos deram as seguintes informações:

Na agricultura ele limpa mato, cultiva planta de matraca, apanha feijão (E.G. C em 08/04/2004).

Ele plantou, limpou e agora tá esperando a colheita (S.M.S em 04/04/2204).

Ele planta feijão, alimpa mato e apanha feijão (M.S.P. em 08/04/2004).

Percebe-se que as atividades desenvolvidas pelo homem na agricultura familiar não se diferenciam das desenvolvidas pelas mulheres. Ambos os sexos exercem tarefas vinculadas ao destocamento do terreno, plantio e colheita.

Além das atividades executadas no seu roçado, os homens também buscam outras formas de subsistência, especialmente no período da seca, quando procuram por trabalhos extras:

Ele trabalha no roçado dele e na seca trabalha fora (diarista)  
(M.S.A.S em 29/01/2004).

Ele trabalha na agricultura e trabalha tirando pedra (C.V.S em  
08/04/2004).

Verifica-se, assim, que no plano das atividades desenvolvidas no âmbito da agricultura familiar, há simetria na divisão sexual do trabalho, posto que os mesmos tipos de tarefas são desenvolvidas por homem e mulher. Entretanto, quando analisamos a visibilidade do trabalho feminino neste âmbito, verificamos que boa parte das entrevistadas ainda o concebem como ajuda e complementaridade das atividades masculinas.

Por sua vez, há de se considerar que o resultado financeiro da produção agrícola fica sob a responsabilidade do homem, haja visto o enorme interesse das mulheres entrevistadas em conseguirem algum trabalho fora do circuito da agricultura familiar, conforme apontado no tópico anterior, buscando assim uma remuneração própria, condição que poderia torná-las menos dependentes dos maridos.

No referente à divisão sexual do trabalho, no nível doméstico, percebemos o continuísmo das tradicionais convenções sociais, imputando somente às mulheres a

obrigatoriedade da realização das tarefas de lavar e cozinhar. Conforme exposto anteriormente, a participação dos maridos nestas tarefas ocorre de maneira ocasional e esporádica. A permanência dessa cultura continua sendo reforçada no núcleo familiar, através da educação repassada para filhos (as), conforme expressa as falas das mulheres ao se referirem às atividades desenvolvidas pelas filhas (os) na agricultura familiar e no espaço doméstico. Vemos que os meninos são mais direcionados para atividade agrícola, enquanto as meninas ainda tendem a ficar no âmbito da casa:

Na agricultura ela não faz nada. Em casa a menina me ajuda bastante. Ela lava louça, ela arruma a casa, espana os móveis, cuida em comida, quando eu não tô ela sempre é que toca pra frente tudo (S.C.S em 10/01/2004).

Minha filha arruma a casa (M.F.E.S em 09/01/2004).

Em casa elas me ajudam muito, bastante. Também cuida em comida, barre uma casa (M.S.P.N em 09/01/2004).

Os meus filhos são acostumados a fazer: ajuda a plantar, ajuda a cultivar, a colher (S.M.S. em 29/01/2004)

Eles trabalham no roçado e quando eu preciso, quando tô meia aperriada com os serviços, boto eles pra fazer as coisa em casa e eles fazem (S.E.S.A em 29/04/2004).

Ele bota água em casa. A tarefa dele é botar água em casa todo dia de manhã ( C.C. S em 09/ 01/2004).

Eu tenho um rapaz que bota água e lenha em casa e faz todo serviço no roçado (M.J.G em 29/01/2004).

Note-se que aos filhos do sexo masculino são determinados algumas tarefas para a subsistência do grupo familiar, posto que a eles cabe abastecer a casa com a lenha para o cozimento dos alimentos e água para o consumo humano e dos animais domésticos.

Encontramos duas informantes que afirmam a ausência de filhos nos trabalhos por se ocuparem das tarefas escolares, ou seja, passam o dia na escola porque são beneficiários do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil- PETI:

Eles não trabalham no roçado e em casa não fazem nada, só estudam (L.C.B em 09/01/2004).

Os filhos não trabalham, só estuda (M.S.A.S em 29/01/2004).

Percebe-se que a produção agrícola familiar ainda continua reproduzir os vícios do sistema patriarcal que centraliza as funções e os poderes na pessoa do homem, mesmo que a mulher esteja presente e contribua para o bom desenvolvimento da agricultura.

As mulheres agricultoras têm, ao longo da história, desenvolvido diversos tipos de trabalhos na área rural, como o cultivo da terra, plantações e colheitas. O próprio conceito da agricultura familiar considera a participação da mulher e dos filhos no trabalho agrícola, no entanto o que se observa no cotidiano das mulheres afrodescendentes estudadas é o comando da agricultura centrado na figura do homem. As mulheres, apesar de contribuírem efetivamente para a produção e reprodução da agricultura familiar, aparecem na maioria das vezes como aquelas que ajudam o patriarca mesmo que umas poucas mulheres já comecem a despertar que não recebem o devido reconhecimento pelo trabalho executado na agricultura familiar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados de nosso estudo apontaram, em grande parte das falas das mulheres camponesas afrodescendentes, uma visão que dualiza as concepções de gênero, as quais encontram-se bastante perpassadas pelas tradicionais atribuições alocadas para homens e mulheres.

Encontramos o entendimento de mulher vinculado à idéia de sofrimento, associado dentre outros aspectos ao fato de terem que assumir os cuidados com os componentes da família, o que lhe causa grandes preocupações devido ao fato de não disporem de condições financeiras para assegurar à família uma vida mais digna.

Essa idéia de zelo para com a família revela a perspectiva de mulher que se enquadra, de certa forma, na ótica da corrente essencialista, vislumbrando o gênero feminino especialmente na condição de mãe, responsabilizando-a pelo cuidado com os filhos e marido.

No que concerne à percepção do ser homem, a maioria das mulheres o caracterizam como provedor, o qual possui a função de manter a família. Essa visão reproduz relações conservadoras de gênero, atribuindo ao homem a responsabilidade pela sustentabilidade econômica do grupo familiar, além de lhe outorgar mais poder para encaminhar as decisões necessárias a serem tomadas no interior da casa e no espaço da agricultura familiar.

Grande parcela das entrevistadas se referem aos homens como possuidores de mais liberdade que as mulheres pelo fato de poderem ter acesso a vários

espaços públicos, como por exemplo bares e festas, os quais são interditados às mulheres. Esse entendimento reforça a concepção tradicional que aloca à mulher o domínio doméstico, restringindo-a de vivenciar experiências de divertimento.

Essa ausência de liberdade também é pontuada pelas mulheres quando expressam o desejo de viajar, passear, conhecer novos lugares, saindo da vida rotineira que enfrentam, circunscrita ao desenvolvimento das tarefas no espaço da casa e da roça.

As mulheres participantes do nosso estudo sinalizam que o homem possui a vida mais tranquila, não se envolvendo com as questões domésticas, enquanto elas acumulam as maiores preocupações com o grupo familiar, especialmente no que diz respeito aos problemas de saúde.

Com relação à divisão sexual do trabalho, referente às atividades desenvolvidas pelos homens no âmbito da casa, encontramos respostas que sinalizam duas posições: na primeira, algumas mulheres reclamam que seus maridos não se dispõem a contribuir com nenhuma atividade e esperam que elas realizem todos os trabalhos domésticos; na segunda, encontramos a afirmação de que seus esposos participam algumas vezes das tarefas domésticas, embora seja uma prática de caráter emergencial que se dá apenas na ausência da mulher.

Vemos assim que existe resistência por parte dos homens em colaborar com as mulheres na execução das tarefas ligadas aos serviços domésticos. Essa não participação dos homens nos afazeres da casa proporciona uma sobrecarga de trabalho para as mulheres, uma vez que além das tarefas domésticas elas ainda se envolvem com a produção na agricultura familiar.

A dupla jornada de trabalho se evidencia na vida das mulheres estudadas quando abordam a sobrecarga de trabalhos que realizam no espaço doméstico e no

âmbito da agricultura familiar. Dentro da casa elas são responsáveis pelas tarefas de lavar, cozinhar, varrer, passar, cuidar dos problemas de saúde da família, encaminhar os filhos para a escola, dentre outras tarefas.

A presença da mulher no espaço da agricultura familiar pode ser considerada como uma grande força para a produção agrícola, posto que elas desenvolvem atividades que envolvem a preparação do terreno, plantio e colheita. Contudo, um percentual significativo das camponesas entrevistadas visualizam suas atividades na agricultura como ajuda e complemento às tarefas do homem. Entretanto, outras concebem seu trabalho como parte constituinte das atividades necessárias para a produção da agricultura familiar, sem se referir à noção de complementariedade. Ressalte-se a existência de igualdade no tipo de trabalho desenvolvido por homens e mulheres na agricultura familiar, que vai desde o destocamento da terra até a colheita, evidenciando assim a não existência da divisão sexual do trabalho neste âmbito de atividades.

Contudo, pela lógica patriarcal que ainda rege o campesinato brasileiro, a destinação dos recursos financeiros e as decisões relacionadas ao encaminhamento das atividades no roçado ficam sob a responsabilidade do chefe de família, colocando a mulher numa situação de dependência financeira frente ao companheiro e com pouco poder de decisão.

Dessa forma, o trabalho remunerado, fora dos limites do lar doméstico e da agricultura familiar, foi sinalizado pela grande maioria das mulheres com um meio de se tornarem menos dependentes de seus companheiros, vislumbrado como possibilidade de melhoria das condições de vida.

No referente ao aspecto das relações de gênero travadas no domínio da divisão sexual do trabalho doméstico, constatamos poucos focos de ressignificação



destas relações pelas mulheres, na medida em que buscam a inserção de seus companheiros nas atividades vinculadas à confecção da comida e dos filhos no abastecimento de água e lenha para consumo da casa. Entretanto, o que predomina nestas relações são as convenções tradicionais que alocam para as mulheres a responsabilidade pelos afazeres do lar.

A manutenção desta perspectiva tradicional nas relações de gênero é percebida nas falas das entrevistadas quando se referem à divisão sexual do trabalho para filhas e filhos, deixando explícita que os mesmos são direcionados para o trabalho no campo e as meninas encaminhadas para se ocuparem dos afazeres domésticos.

Identificamos algumas possibilidades de ressignificações das relações de gênero relacionadas, sobretudo, as aspirações e intenções das mulheres em busca do equilíbrio entre os sexos, sem efetivamente se constituir em atos concretizados. Como exemplo de tais desejos, encontramos duas agricultoras que apontam a ausência de escolaridade nas suas vidas como um empecilho para o crescimento pessoal, enfatizando a necessidade de terem conhecimento dos seus direitos e deveres. Uma camponesa propõe, como uma possível alternativa para melhorar as relações de gênero no campo, a formação de grupos de mulheres para discutir os problemas que vivem no dia-a-dia. No que concerne às relações interpessoais, uma entrevistada expressa o desejo de seu companheiro ser menos agressivo, agir com mais compreensão e sobretudo, entendê-la melhor. Essa mulher é esperançosa que as relações de gênero melhorarem, propondo o diálogo como um instrumento para alcançar o entendimento entre os pares.

Das quinze mulheres envolvidas na pesquisa, somente duas efetivamente conseguiram se envolver em trabalhos remunerados, fora do circuito da casa e

agricultura familiar, as quais manifestaram concepções de gênero menos atreladas às percepções patriarcais.

Para concluir nossa análise, nos reportaremos ao início de nossa pesquisa quando partimos do pressuposto de que a participação das mulheres camponesas afrodescendentes nas organizações sociais, como Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Associações Comunitárias Rurais, possibilitaria-lhes uma nova percepção das relações de gênero. No entanto, podemos verificar que mesmo com a inserção das mulheres nas referidas organizações, a grande maioria dessas mulheres pouco têm reelaborado as relações de gênero, prevalecendo a concepção tradicional no que diz respeito aos entendimentos do que seja homem e mulher, como também as visões dualistas de como devem ser estabelecidas as divisões sexuais do trabalho no nível da casa e da agricultura familiar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria de Fátima paz. Gênero e família camponesa. In: **os poderes e os saberes das mulheres**. Salvador: Redor, 2001.

Agricultura familiar. In: **Informativo Técnico Revista Gleba**. Disponível em <http://www.Incra/fao.gov.br>. 2000. Acesso em: 09/04/2005.

ARAÚJO, Maria José de Oliveira. Reflexões sobre a saúde da mulher negra e movimento feminista. In: **Jornal de Rede Saúde**. São Paulo, nº 23, março de 2001.

ALVARES, Maria Lúcia Miranda. SANTOS, Eunice Ferreira. et al. **Desafios de Identidade: espaço tempo de mulher**. Belém: CEJUP, 1997.

Ávila, Maria Betania. Gênero, desenvolvimento e democracia. [ s.l.]. In: **Caderno Debate**, [ s.d ].

ALFONSIN, Betania. Gênero e habitat. [s,d ]. In: **Caderno Debate**, [s.d.].

Articulação do Semi-Arido Brasileiro. In: **Cartilha do Semi-Árido**. Recife, 2003.

BARDWICH, Judith M. **Mulher Sociedade Transição**. São Paulo: Difel, 1981.

BORGES, Edson. Medeiros. Carlos Alberto. et al. **Racismo, preconceito e intolerância**. Coordenação Wanderley Loconte. São Paulo: Atual, 2002.

BETTENCOUT, Gilson. LIMA, Dalmo M. de Albuquerque; WILKINSON, Jonh (org.). et al. **Inovação nas Tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq, 2002.

BANDEIRA, Maria de Lurdes. Feminismo: memória e história. In SALES, C.M.V. et al (org). **Feminismo: Memória e história**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000.

BELLAN, Ana Clara. **Diversidade-avanço conceitual para educação profissional e o trabalho ensaios e reflexões**. Brasília: oit, 2002.

BARBIERI, Teresita de. **Sobre a categoria gênero: Uma introdução teórico-metodológica**. Recife: SOS, 1993. Mimeo

BEZERRA, Maria Ednalva. Mulheres Trabalhadoras Rurais. Brasília. In: **Jornal Fêmea**, 2004.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil. Mito história, etnicidade.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

CHIAVENATO, Júlio José. **O Negro no Brasil: da senzala à abolição.** São Paulo: Moderna, 1999.

CUNHA, Jr. Henrique. **Afro descendência pluriculturalismo e educação.** [S. l.s.n.], n.6. Agosto, outubro de 1998.

COSTA, Claudia Lima. Sedução, tradição, transgressão. São Paulo. In: **Cadernos Pagu**, 1994.

CROSSETTE, Bárbara. **Cultura gênero e direitos humanos.** Rio de Janeiro: Record, 2002.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** Tradução Klauss Brandini. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CUNHA, Auri Donato da Costa. Nos Labirintos do poder. In: **tecendo a teia do trabalho feminino.** Piauí: Redor, 2002.

-----Relações de gênero na agricultura familiar a produção fruticultura no perímetro irrigado de São Gonçalo – PB. Tese de Doutorado Universidade de Brasília, 1998.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 2001.

CASTRO, Maria de Lurdes. GUIHERME, Sandra M. Raça, etnia e gênero. In: **Presença da Mulher.** [ S.l.n.s], outubro, dezembro de 1993.

DOCUMENTO Base para as Conferências Estaduais. In: **Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.** Brasília, 2004.

DRUCILIA, Cornel. **Feminismo como crítica da modernidade.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

DAVIS, Ângela. Intelectuais negras. In: **Caderno Pagu** [ S.l. ], nº 2, 1995.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande Senzala.** 38 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. HOLANDA, H. (org). In: **Pós-modernismo e política.** Rio de Janeiro: Recco, 1992.

FARIAS, Maria Dolores Mota. Nem caladas nem silenciadas as falas das mulheres trabalhadoras rurais e a desconstrução de sujeitos políticos tradicionais. In: **os poderes e os saberes das mulheres**. Salvador: Redor, 2001.

FERREIRA, Ricardo Frankli. et at. A naturalização do preconceito na formação da identidade afrodescendente. In: **Revista Científica**. São Paulo: Eccos, nº I, 2001.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. 33 ed. São Paulo: Cortez, 1989.

Formação da População Brasileira. In **Retrato do Brasil**,1984. Disponível em [www.com.br/formapop.htm](http://www.com.br/formapop.htm),1984, Acesso em 09/04/2005.

GIOCOMINI, Sonia Maria. **Mulher e escrava: Uma introdução da história do estudo da mulher no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1988.

------. Ser escrava no Brasil. In: **Estudos Afro-asiáticos**. Rio de Janeiro: CEAA, n. XV, 1998.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GRANINIBELOTTI, Elena. **Educar para a submissão o descondicionamento da mulher**. Trad. Ehraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1995.

GARCIA, Ir. Afrânio Raul. **Terra e Trabalho**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1983.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HARAWAY, Donna.J. Manifesto ciborque: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: **Antropologia do ciborgue** – as vertigens do pós-humano. (Org.) tradução e Tomaz da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2000.

JOLLIVET. Marcel. O lugar dos camponeses na estrutura de classe algumas reflexões gerais a partir de um caso particular. In: **Revista Raízes**. Ano I nº I. Campina Grande jul/ dez de 1982.

Jornal Negra Voz . João Pessoa, março de 2003.

------. João Pessoa, março de 2004.

Jornal dos Trabalhadores Sem Terra. São Paulo, abril de 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MANINI, Daniela. A crítica feminista à modernidade e o projeto feminista no Brasil anos 70e 80.In: **Caderno AEL**. Campinas n° 3 / 4 45-67, 1995/ 1996.

MACHADO, Lia Zanotta. Gênero um novo paradigma. Campinas: In: **Cadernos Pagu**, 1998.

-----Campo Intelectual e feminismo e subjetividade nos estudos de gênero. São Paulo. In: **Cadernos Pagu**, 1994.

MINAYO, Maria C. Souza. **Pesquisa social teoria, método e criticidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Submissão e resistência: a mulher escrava na luta contra a escravidão**. São Paulo: Contexto, 1988.

MUNANGA, Kalengele (org.). Superando o racismo na escola. Brasília: **Ministério da Educação Secretária de Educação Fundamental**, 2001.

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas**. Tradução. Maria José da Silveira Lindoso. Rio de Janeiro: Zahah Editores, 1978.

NOLASCO, Sócrates Álvares. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Recco, 1993.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **Elogio da diferença: o feminino emergente**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Buscando as raízes – Agricultura familiar e reforma agrária. In: **Caderno de Capacitação**, Brasília: n.l, Julho de 2002.

PISCITILLI, Adriano Goldani. ANA, Maria. A prática feminista e o conceito de gênero. Departamento de História Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Estadual da campinas.In: **Textos Didáticos**, n° 48, 2002.

PIORE, Mary Del. **A mulher na História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

PENA, Maria Valéria. **Mulheres Trabalhadoras**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PARISIUS, Cornelia. **Ser mulher num mundo de homens**. Serra Talhada: SACTES/ DED,1995.

PORTELLA, Ana Paulo. Experiências rurais. [ s.i.] In: **Caderno Debate**: [s.d.].

PACHECO, Maria Emília Lisboa. **Agricultura familiar sustentabilidade ambiental e igualdade de gênero**. Recife: [s.ed.], 2002.

PANTOJA, Ana Lúcia Nauar. Trabalho de negras e mestiças nas ruas de Belém do Pará (1890-1910). São Paulo: FCC. In: **Tempos e Lugares de Gênero**, 2001.

PERROT, Michelle. As mulheres e as suas imagens ou o olhar das mulheres. In: **Revista de Pós-Graduação em História Universidade Estadual Paulista**, 1997.

Potencialidade do Semi-Árido –Agricultura Familiar e Agropecuária Orgânica. Fortaleza. In: **Banco do Nordeste**, 2002.

RICHARD, Johnson Escosteguy. et al. **O que é, afinal estudos culturais?** Org. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autentica, 1999.

RIBEIRO, Matilde. As abordagens étnico-raciais no Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** n<sup>o</sup> 79. São Paulo: Cortez, 2004.

SEYFERTH, Giralda. et al. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Peirópolis; ABONG, 2002.

SANTOS, Hélio. O negro não é problema é solução. São Paulo. In: **Revista Caros Amigos**, n<sup>o</sup> 69, dezembro de 2002.

SILVA, Maria Ana. **Gostando mais de nós mesmos-perguntas e respostas sobre auto-estima e questão racial**. São Paulo: Gente, 1999.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é o racismo**. 14 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SIQUEIRA, Maria de Lurdes. Gênero e racismo. Aracaju. In: **Casa da cultura afro Sergipana**, 2001.

SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: Lições do caso brasileiro. Campinas. In: **Cadernos Pagu**, n<sup>o</sup> 16, 13-31, 2001.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Chegou a hora de darmos a luz a nós mesmos situando-nos enquanto mulheres e negras. Campinas. In: **Cadernos CEDES** 45, 1998.

STRATHERN, Marilyn. Entre uma melanesianista e uma feminista. In: **Cadernos Pagu**, Campinas, v.8 / 9 p. 7-49, 1997.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e realidade**. Porto Alegre, v.20, n<sup>o</sup>. 20. p.71-99, 1992.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Org. Stuart, Kathryn Woodward. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, Patrícia Santos. **A reconstrução identitária na agricultura modernizada: o caso dos agricultores familiares do perímetro irrigado.** Califórnia / Se. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal de Campina Grande, 2004.

SANTOS, Antonio Fernando Guedes. In: **Relatório da Realidade de Picuí**, 2000.

SANTOS, José Vandilo. **Negros do Talhado – Estudo sobre a Identidade Étnica de uma Comunidade Rural.** Dissertação de Mestrado Universidade Federal de Campina Grande, Novembro de 1998.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

UTE, Ehrhardt. **A cada dia menos boazinha.** Trad. Kristina Michahelles. [s.i.] objetivo, 1998.

VIEZZER, Moema. **O problema não está na mulher.** São Paulo: Cortez, 1989.

WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas.** Tradução. Oswaldo Caldeira C. da Silva. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

WEID. Jean Marc Wonder. In: **Segurança alimentar no Semi-Árido**, 2003.

WHITAKER, Dulce. **Mulher e homem o mito da desigualdade.** 10 ed. São Paulo: Moderna, 1988.

YANNOULAS, Silva Cristina. Políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho. Brasília. In: **CFEMEA, FIG.** 2002.